

# **ANTROPONÍMIA NAS LÍNGUAS DA PROVÍNCIA DO MOXICO**

**Gino Sambukila Isaac Cazeca**

**Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação  
de Especialidade**

**Março, 2017**

# **ANTROPONÍMIA NAS LÍNGUAS DA PROVÍNCIA DO MOXICO**

**Gino Sambukila Isaac Cazeca**

**Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação  
de Especialidade**

Orientadora : Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

**Março, 2017**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestrado em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, realizada sob a orientação científica da

Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Tinho Isaac Cazeca e Tchikosenu Rosária, pelo apoio e carinho que sempre dispensaram no decurso da minha formação;

À minha esposa Conceição Dikson, aos filhos Helder, Tikson, Nhongenu, Emanuel e Raquel Kazeca, pelo carinho, paciência e sacrifícios consentidos em mais esta etapa da minha vida académica;

Aos irmãos Abel e Priscila Kazeca;

À Rossana, Neide, Laurinda e à Rosilene.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pela presença e influência nos meus projetos de vida;

Agradeço Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, pelo empenho dedicado na qualidade de orientadora;

À Doutora Paula Henriques pelo apoio e por inspirar sempre o sentido de responsabilidade;

Agradeço ao Governo da Província do Moxico, ao Diretor Provincial da Educação, Dr. Jones Abel Pique pelo encorajamento e apoio institucional;

Agradeço ao Administrador Municipal do Kamanonge, senhor Zaqueu Isaac, pelo apoio institucional e por ter mobilizado recursos humanos para que as entrevistas tivessem ocorrido junto dos informadores. Agradecimentos semelhantes são extensivos ao Administrador Adjunto do Município da Kameia, Sr. Benjamim José;

Agradeço aos diretores das Escolas do IIº Ciclo do Kamanonge e Kazombo, nomeadamente os senhores Hermenegildo Simão e Rui Khoji Bonifácio, por terem respondido vivamente às nossas solicitações;

Ao subdiretor pedagógico da Escola do IIº Ciclo 11 de Novembro do Luena, sr. Emanuel Adriano Atanásio pela atenção que dispensou durante o período da recolha de dados;

Agradeço às direções das Escolas do Iº Ciclo do Kamanonge e Kameia, por disponibilizarem os dados que precisávamos;

Finalmente, agradeço às autoridades tradicionais, aos funcionários públicos de Kameia, Kamanonge e Luena, pela colaboração consentida na qualidade de entrevistados e informantes.

## RESUMO

Estudar a *Antroponímia nas Línguas da Província do Moxico* oferece a quem empreende tal tarefa a capacidade de poder compreender as dinâmicas sociais e culturais, históricas e contextuais que marcaram e marcam a vida quotidiana dos povos daquela região, aumentando assim o conhecimento sobre os povos do Leste de Angola.

O nosso interesse em estudar os antropónimos estendeu-se à dimensão da sua expressão na linguagem escrita, considerando que identificámos o fenómeno da variação gráfica, decorrente do facto de um mesmo fonema estar a ser representado por dois ou mais grafemas.

Ao identificarmos problemas de natureza ortográfica, apresentamos uma proposta de alfabeto gráfico e fonético das línguas do Moxico, visando responder à necessidade de harmonização gráfica destas.

Palavras-chave: *antroponímia, lexicologia, identidade cultural, variação gráfica, harmonização gráfica.*

## ABSTRACT

Studying the Anthroponymy in the languages spoken in the Province of Moxico allows us to understand the social, cultural, historical, and contextual dynamics that have shaped everyday living of the peoples that inhabit that region, thus increasing our knowledge of the populations that live in the East of Angola.

Our interest in studying anthroponyms has encompassed the dimension of its expression in the written language given that we have identified the phenomenon of graphic variation that occurs due to the fact that a single phoneme is represented by two or more graphemes.

After identifying these spelling problems, we present a proposal for a graphic and phonetic alphabet of the languages of Moxico Province in order to meet the standardization needs of these languages.

**Keywords:** Anthroponymy, lexicology, cultural identity, graphic variation, graphical standardization.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas  
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

João Simão da Silva

Lisboa, 31 de Março de 2017

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a  
designar.

A orientadora,

Maria Teresa Rijo da Fonseca Lima

Lisboa, 31 de Março de 2017



## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	5
CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOLINGUÍSTICA DA.....	5
PROVÍNCIA DO MOXICO .....	5
1.1- Povos e Línguas de Angola .....	5
1.2- Diversidade Etnolinguística dos Povos de Angola .....	6
1.3- A Província do Moxico .....	9
1.3.1- Contextualização histórica .....	9
1.3.2- Línguas e etnias da Província do Moxico .....	11
1.3.3- Variedade linguística face à necessidade de harmonização gráfica das línguas angolanas .....	16
CAPÍTULO II.....	19
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ANTROPONÍMIA E LEXICOLOGIA.....	19
2.1- Antroponímia .....	19
2.2- Classes de onomásticos e Antropónimos .....	20
2.3- Lexicologia e Antroponímia.....	22
2.3.1- Lexicologia.....	22
2.3.2 – O léxico e o antropónimo.....	23
2.4 - Razão de escolha, origem e significado dos antropónimos .....	24
2.4.1- Razão de Escolha.....	24
2.4.2 - A origem dos nomes.....	26
2.4.3 Significado dos nomes.....	28
2.4.4- A dimensão cultural e social dos nomes.....	31
CAPÍTULO III.....	37
METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS.....	37
3.1- Metodologia de trabalho .....	37
3.1.1- Fontes e técnicas de recolha de dados .....	37
3.1.2- Constituição do <i>corpus</i> .....	38

3.1.3- Tratamento de dados.....	39
3.2- Análise de dados .....	39
3.2.1- Características socioculturais dos antropónimos do Moxico .....	39
3.2.2- Aspectos linguísticos relacionados com os antropónimos da província do Moxico.....	43
3.2.3- Fonética, fonologia, transcrição e alfabeto das línguas das línguas tchokwe e mbunda .....	47
3.2.4- Aspectos críticos na transcrição dos nomes angolanos: correspondência entre o sistema gráfico e fonético das línguas da província do Moxico.....	52
3.3- Harmonização e Base de Dados de Antropónimos.....	61
3.3.1- Base de Dados de Antropónimos das Línguas da Província do Moxico .....	70
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>77</b>

# INTRODUÇÃO

## 0.1. Motivação

Escolhemos estudar o tema *Antroponímia das Línguas da Província do Moxico*, pela incidência de duas razões: a primeira é pessoal, o nosso interesse em compreender, contextualizar o uso social e linguístico dos antropónimos no contexto da Província do Moxico; a segunda razão é de natureza institucional, que consiste na elaboração de uma dissertação como requisito para a obtenção do grau de mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

O presente trabalho enquadra-se nos domínios da Onomástica e da Lexicologia. A associação destas áreas num só trabalho resulta da constatação de preocupações e de debates relativos à existência de variações na forma como são grafados os nomes nas línguas dos grupos bantu, nos questionamentos que se levantam em torno do significado descritivo dos nomes de pessoas em vários setores de instituições angolanas, a ponto de muitas vezes gerarem preconceitos linguístico e cultural. É neste contexto que surge a ideia de contribuirmos com reflexões acerca da natureza, razão de ser dos antropónimos e outras questões de interesse sobre o assunto.

Em diversas esferas sociais de Angola, tem havido debates constantes em torno dos nomes. Uns são tidos como bons e recomendáveis para serem atribuídos como designação de pessoas, outros alegadamente são tidos como impróprios, “vexatórios” ou como “atentado” à dignidade da pessoa. Não poucas vezes, tem chegado ao conhecimento público situações em que as Conservatórias de Registo Civil sugerem ou impõem outros nomes<sup>1</sup> em detrimento daqueles que os dadores escolhem.

---

<sup>1</sup> Albano Pedro tem mostrado interesse nos debates sobre a atribuição de nomes de pessoas. Foi a partir das suas reflexões que encontramos fontes escritas que criticam as instituições que impõem condicionalismos na atribuição de nomes escolhidos pelos pais dos denominados.

Os debates em torno da atribuição dos nomes assentam em duas dimensões: linguística, de um lado, e social e cultural, de outro. Por isso, é oportuno falar-se de Antroponímia nas Línguas da Província do Moxico, com uma perspetiva orientada para a sugestão de regras de transcrição gráfica do sistema fonético das línguas angolanas, visando neste sentido contribuir para a redução ou, se possível, eliminação dos problemas de comunicação escrita decorrentes da heterogeneidade das culturas e línguas dos povos de Angola. O trabalho que temos em mão é, em certa medida, uma contribuição para os trabalhos linguísticos relacionados com a descrição e harmonização gráfica dos antroponímicos em contexto angolano. É, igualmente, um ponto de partida para uma tentativa de responder com rigor e objetividade às necessidades linguísticas ligadas aos nomes de pessoas no contexto do meio social e cultural em estudo.

## **0.2. Objetivos gerais:**

- **Elaborar** uma proposta de Base de Dados de antroponímicos da Província do Moxico para ser usada nas Conservatórias de Registo Civil.
- **Assinalar a importância** da harmonização gráfica dos antroponímicos para a comunicação sem ambiguidades no contexto das comunidades da Província do Moxico.

## **0.3. Objetivos específicos:**

- Contextualizar o significado e a razão da escolha dos antroponímicos no contexto das comunidades linguísticas e culturais da Província do Moxico.
- Propor critérios de representação gráfica dos antroponímicos.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos:

O primeiro versa sobre a contextualização histórica e etnolinguística da Província do Moxico. Nele, falamos de forma panorâmica, tanto da sua localização no contexto do território de Angola quanto dos acontecimentos que deram lugar à sua fundação e ascensão ao estatuto de região político-administrativa. Neste capítulo, fazemos uma breve descrição dos grupos étnicos e das línguas faladas em todo o território do Moxico.

O segundo capítulo responde à necessidade de fundamentar teoricamente o nosso trabalho. É o espaço dedicado à revisão bibliográfica das fontes e autores que explicitaram os pressupostos teóricos que fundamentaram a nossa dissertação. Aqui, apresentamos alguns conceitos relacionados com a Antroponímia e a Lexicologia. O fundamental neste capítulo é a tentativa de estabelecer pontos de contacto entre estes domínios, que, por sinal, constituem os âmbitos em que a dissertação está teoricamente inserida. É igualmente o lugar em que tentamos encontrar respostas para as seguintes perguntas: qual é a razão da escolha dos antropónimos? Qual é a sua origem e significado?

O terceiro é o capítulo da metodologia e análise de dados. Em primeiro lugar, é o espaço dedicado para a descrição dos passos metodológicos adotados para a realização da dissertação e, em segundo lugar, é o espaço de discussão e análise dos dados, em reflexo das questões apresentadas nos dois primeiros capítulos.

No que se refere à análise de dados, entre as várias inferências, destacamos o facto de termos verificado que a maior parte dos antropónimos de alunos das escolas estudadas são culturalmente contextualizados. Na etapa posterior, relacionada com o processamento do *corpous* no CONCAP<sup>2</sup>, identificamos problemas linguísticos relacionados com a variação na transcrição gráfica dos nomes, devido ao seu valor fonético e fonológico nas línguas que lhes dão origem. Esta constatação permitiu-nos efetuar um enquadramento linguístico do problema, ao nível dos domínios da fonética.

Depois de feitas as considerações das envolventes linguísticas, nomeadamente, a representação, transcrição gráfica e fonética das línguas da Província do Moxico,

---

<sup>2</sup> CONCAP é um programa informático de processamento semiautomático de dados linguísticos

apresentamos critérios de harmonização gráfica das línguas em questão, pelo que podem vir a contribuir para a materialização do Programa do “Vocabulário Ortográfico Nacional”.

Finalizamos o trabalho com a apresentação das conclusões a que chegámos e com o lançamento de desafios futuros destinados a dar respostas às necessidades levantadas na dissertação.

# **CAPÍTULO I**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO ETNOLINGUÍSTICA DA**

### **PROVÍNCIA DO MOXICO**

#### **1.1- Povos e Línguas de Angola**

Angola, país lusófono da África Austral, localiza-se ao sul da costa ocidental. Faz fronteira a norte e nordeste com as Repúblicas Democrático do Congo, a leste com a República da Zâmbia, a sul com a República da Namíbia e a oeste faz fronteira com o oceano Atlântico.

Apresenta-se com uma matriz étnica e cultural muito variada, vista pelo Instituto de Investigação Científica Tropical (1987) como a característica peculiar da sua riqueza etnológica. São vários os grupos etnolinguísticos que entram na sua constituição enquanto Nação.

Registos históricos e etnográficos têm mostrado que o que é hoje o território da República de Angola é resultado da confluência de muitos povos. Estes, desde há muitos séculos, empreenderam instalar-se naquela região. Segundo Redinha (1975:24), os primeiros habitantes de Angola foram povos não bantu, como os boskimane-hotontete ou khoisan, e seguidos pelos bantu. Os khoisan, “representantes vivos das mais remotas populações de Angola” (Redinha, 1975:24), foram desalojados para a região Sul do território por vários grupos bantu, aproximadamente apartir do século XIII, quando começaram a emigrar vindos da região ocidental e central de África, nomeadamente entre os Camarões e a Nigéria, Grandes Lagos e a Bacia do Congo (Ntongo e Fernandes, 2002).

Em grande parte, o que é conhecido hoje como Angola é consequência do contacto, ocupação e posteriormente portuguesa, cuja presença em Angola durou cinco

séculos, aproximadamente. A herança da língua é sentida e tida na atualidade como o fator agregador dos vários e distintos grupos étnicos que pretendem construir uma identidade coletiva. Em consequência destes factos históricos inapagáveis, a língua portuguesa é um fator decisivo a ter em conta para a construção de uma identidade coletiva da nação Angolana.

## **1.2- Diversidade Etnolinguística dos Povos de Angola**

Os processos migratórios que resultaram na formação de Angola, demonstram o facto de a população que habita no território ser constituída por povos não bantu como os khoisan (pejorativamente designados boskimanos, do inglês *bus man* – homem baixo), por povos bantu e pelos descendentes de portugueses e/ou europeus. Estes últimos, em nosso entender, são muitas vezes ignorados por linguistas, etnólogos e antropólogos como partes importantes na riqueza etnolinguística do país.

Aos povos não bantu de Angola incluem-se os khoisan e os vatua (kuisi ou kuepe) (Redinha, 1975:24). O que a literatura etnográfica e antropológica refere sobre os vatua (kuisi ou kuepe), consiste em apontá-los como os primeiros habitantes de Angola. Habitaram naquele território séculos de serem afastados pelos bantu (cf. Wheeler e Pélissier, 2009:32; Redinha, 1975:23-24)

Segundo Weeler e Pélissier (2009) Gabriel (1987), os bantu são a maior parte da população de Angola. O termo bantu foi atribuído por linguistas para designar os povos africanos que utilizam a raiz “ntu” para qualificar pessoas (Cruz, 1940:12).

Para Redinha (1975:28), são vários os grupos e subgrupos que constituem o corpo dos povos bantu de Angola, dos quais mencionamos os 9 principais:

- |                        |                        |
|------------------------|------------------------|
| 1- Grupo bakongu       | 5- Grupo vanganguela   |
| 2- Grupo ambundu       | 6- Grupo nhaneka-humbi |
| 3- Grupo lunda-tchokwe | 7- Grupo ovambo        |
| 4- Grupo ovimbundu     |                        |



#### 8- Grupo herero

#### 9- Grupo vaxindonga

Estes grupos estendem-se por todo país, distribuídos por regiões de influência e/ou predominância étnica.



#### 1- Grupo Bakongu

#### 2- Grupo Ambundu

#### 3- Grupo Lunda-Tchokwe

#### 4- Grupo Ovimbundu

#### 5- Grupo Nganguela

#### 6- Grupo Nhaneka-Humbi

#### 7- Grupo Ovambo

#### 8- Grupo Herero

#### 9- Grupo Vaxidonga

Figura 1- Mapa dos grandes grupos étnicos de Angola

De acordo com o mapa etnolinguístico acima apresentado, as diferentes cores indicam a língua e o grupo de maior influência na região, enquanto as linhas mais finas e pretas que se sobrepõem às diferentes cores indicam a divisão administrativa das províncias. O que se pode ver na figura 1 é a demonstração de quanto cada uma das línguas ou grupos representados estende a sua influência para além dos limites de uma ou mais províncias. Não podemos deixar de destacar que cada um destes grupos está subdividido “em múltiplos subgrupos, os quais correspondem a variantes linguísticas, consoante as regiões” (Pinto, 2015:41).

O grupo **bakongu** de língua *kikongu* está geograficamente situado na região Noroeste de Angola. As Províncias de Cabinda, Zaire e Uíge são as que têm a maior população que fala o kikongo e que pertencem a esse grupo.

As regiões de maior influência do grupo **ambundu** são as províncias de Luanda, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje. A língua de maior destaque nesta região é o *Kimbundu*. Esta língua também é falada nalgumas comunidades da Lunda Norte que fazem fronteira com a província de Malanje.

O *umbundu* é a língua maioritariamente falada pelos habitantes das províncias de Benguela, Bié, Huambo, e estas fazem parte da região abrangida pelo grupo **ovimbundu**.

O grupo **lunda-tchokwe** está mais representado nas regiões nordeste e Leste de Angola, das quais fazem parte as províncias de Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico. A língua mais falada nesta região é o tchokwe, que conta com alguns núcleos de falantes nalgumas zonas das províncias de Malanje, Bié e Kuandu Kubangu, com as quais partilham fronteira.

O grupo **vanganguela** de língua *nganguela* tem maior presença na província do Kuandu Kubangu, situada na região sudeste de Angola. O grupo vanganguela estende-se até à província do Moxico, onde está significativamente representada pelos subgrupos lutchaze e mbunda, cujas línguas são consideradas como variantes do nganguela. Diversos mapas etnolinguísticos de Angola dão conta de que o nganguela tem uma população de falantes no leste da província do Bié e nordeste da Huíla.

O grupo **herero**, na sua maioria, está situado na província do Namibe e uma porção menor na província do Cunene, igualmente da região sul.

O grupo **nhaneka-Humbe** tem maior presença nas províncias da Huíla e do Cunene, região sul de Angola. O grupo **ovambo**, predomina nas províncias do Kunene e do Kuandu Kubangu.

A descrição que apresentamos está baseada nas classificações originalmente feitas até 1975, altura em que as

“chamadas «cartas etnográficas» de Angola apoiaram-se na classificação elaborada no tempo em que a Antropologia europeia servia as exigências do governo colonial de identificar e fixar geograficamente as populações angolanas afim de lhes impor com maior eficácia a ordem administrava do colonizador português” (Pinto, 2015:41).

As classificações posteriores feitas por autores angolanos limitaram-se a citar textualmente as descrições feitas por autores europeus, sem, no entanto, efetuarem pesquisas etnográficas de campo que pudessem resolver as insuficiências que temos notado na identificação espacial dos grupos e subgrupos etnolinguísticos. Hoje, é preciso ter em conta que as províncias ou comunidades linguísticas não mais apresentam o mesmo grau de homogeneidade grupal e cultural que apresentavam há décadas.

Passados mais de quarenta anos, desde que foram efetuados os últimos grandes e rigorosos estudos de classificação etnográfica de Angola, as movimentações demográficas decorrentes de novos contextos sociais e económicos influenciaram as cidades, municípios e outras localidades ao se tornarem significativamente cosmopolitas, passando a ser necessário considerar essas dinâmicas em novos estudos sobre a representatividade socio-espacial dos povos e línguas de Angola.

### **1.3- A Província do Moxico**

#### **1.3.1- Contextualização histórica**

Situada a leste de Angola, a província do Moxico está limitada a norte pela província da Lunda Sul, a sul pela província do Kuandu-Kubangu, ao oeste pela província do Bié e ao leste está limitada pela República da Zambia. Não é unicamente lembrada pelo facto de ser aquela que tem a maior extensão territorial, em comparação com as demais províncias, ou pela riqueza da sua fauna e flora, mas também pelo legado cultural e histórico do seu povo.

É também conhecida por albergar um memorial de dimesção nacional, o «Monumento à Paz», em alusão aos Acordos de Cessar Fogo, assinados a **4 de abril de 2002**, entre o exército guerrilheiro das FALA (braço armado do partido União Nacional para a Independência Total de Angola) e o exército das Forças Armadas do Governo de Angola.

Província marcada por relevantes acontecimentos históricos, alguns dos quais mereceram o olhar noticioso da comunidade internacional. Até à data da independência, era um distrito da então província ultramarina de Angola, ex-colónia de Portugal.

A história da sua fundação como distrito começou a ser traçada aproximadamente a partir de 31 de agosto de 1894, quando o capitão português Frederico César Trigo Teixeira saiu de Benguela, a comando de uma expedição que se destinava à instalação de uma Colónia Penal Militar Agrícola, no âmbito das campanhas de ocupação das vastas terras de Angola, e particularmente para a ocupação das extensas terras do Moxico, a favor de Portugal que disputava algumas parcelas do território com os ingleses. (cf. FTP, 1973)<sup>3</sup>.

A ocupação foi consolidada durante um período de 23 a 28 anos. Num primeiro momento, com o Decreto de nº 3365 de 1917, que dá base à instalação da primeira sede do distrito, na povoação de Moxico-Velho. E num segundo momento, com a Portaria de 25 de fevereiro de 1922, a capital do distrito do Moxico passa a funcionar na Vila Luso, atual cidade do Luena, que dista 17 km do Moxico Velho (cf. FTP, 1973).

---

<sup>3</sup> FTP – Fundo de Turismo e Publicidade, O Distrito do Moxico: Elemento Monográficos, Luanda, 1973



Figura 2 Mapa de Angola



Figura 3 Mapa da Província do

Com base nos dados do Fundo de Turismo e Publicidade (1973), o distrito do Moxico era, administrativamente, dividido em seis concelhos e três circunscrições, nomeadamente, o Concelho do Moxico, com sede na Vila Luso, os Concelhos do Léua, Camanongue, Teixeira de Sousa (Luau), Cameia e as circunscrições do Alto Zambeze, dos Bunda e Luchaze.

Depois da independência, estas comunidades passaram a ter outro estatuto. A algumas delas foram atribuídas outras designações. Em consequência da divisão administrativa ocasionada pelo 11 de novembro de 1975, a atual província do Moxico passou a ter nove municípios: município do Moxico, cuja sede é Luena, ao mesmo tempo a capital da província, municípios de Kamanongue, Léua, Lutchaze, Bunda, Kameia, Luau, Luacano e Alto Zambeze.

### 1.3.2- Línguas e etnias da Província do Moxico

A língua mais falada por quase todos habitantes da província do Moxico é o português. Por ser a língua oficial em todo o território nacional, em virtude de estar

consagrado no artigo 19 da Constituição de Angola de 2010, a língua portuguesa é usada nas relações institucionais da Administração do Estado, e em todos atos oficiais de interesse público. Dada a heterogeneidade étnica da província do Moxico, como iremos mostrar adiante, a língua portuguesa coexiste com outras línguas autóctones daquela região.

Constituída por vários grupos e subgrupos etnolinguísticos, a maior parte da população da província do Moxico é bilingue ou multilingue, devido ao contacto e influências recíprocas entre línguas e povos. A língua portuguesa, ao estar em contacto com as línguas nativas do Moxico, partilha variavelmente o *status* de língua materna para uma pequena parte da população, veicular, afetiva e segunda para a maior parte da população.

Depois do português, as línguas mais faladas na província do Moxico são o tchokwe, luvale, o lutchaz e o mbunda (as duas últimas são variantes do nganguela de acordo com o FTP, 1973), relativas aos respetivos grupos que ocupam vastas zonas e apresentam um grande número de falantes.

No entanto, existem outros subgrupos e línguas nativas relativamente pequenos comparados com os primeiros que mencionámos, muitas vezes dispersos em pequenas manchas étnicas, mas que não deixam de ser significativos ou importantes na diversificação e enriquecimento da cultura da região. É o caso dos subgrupos e/ou línguas lunda-ndembo, nhemba, minungu, khangala, khoissan, luimbe/luimbi, mache/maxi, vaiuma, kamacoma, kamaxi, niengo, ambó (cf. FPT, 1973, DPHC/DPC/GPM, 2008).

Existem também no Moxico alguns núcleos de falantes do umbundu (pertencentes ao grupo Ovimbundo predominante no planalto central, Províncias do Huambo, Bié, Benguela e parte da Huíla).

Entre várias pesquisas e estudos, que incidiram sobre os povos e línguas de Angola, antes de 1975, o que descreveu com maior precisão a situação etnolinguística do

Moxico foi o Fundo de Turismo e Publicidade, que publicou, em 1973, o livro com o título “*Distrito do Moxico: Elementos Etnográficos*”. Neste livro, descreve-se os grupos e subgrupos de populações que habitam aquela região.

Entendemos que tal descrição apresentou dados muito próximos da realidade étnica da província ao longo dos tempos até à atualidade, com pequenas insuficiências e incongruências, por hipótese, derivadas de dados etnolinguísticos que não cobriram com a máxima profundidade certas áreas estudadas ou que careceram de alguma validação.

O levantamento de grupos e línguas feito em 2008, pelo Departamento do Património Histórico e Cultural da Direção Provincial da Cultura do Moxico, confirma, em grande medida, os dados produzidos em 1973, 35 anos antes, pelo Fundo de Turismo e Publicidade, tendo aquele introduzido classificações ou elementos novos como a descrição atualizada dos grupos e das línguas presentes na Província do Moxico, atualmente.

Combinando os dados dos trabalhos desenvolvidos, tanto pelo FPT, em 1973, como os produzidos pelo DPHC/DPC/GPM, em 2008, reproduzimos a seguir a tabela relativamente atualizada dos grupos étnicos e línguas faladas na Província do Moxico:

Município	Comunas	Línguas faladas	Grupo étnico
Moxico	Luena	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Luchaze</i>	Nganguela
		<i>Mbunda/Bunda</i>	Nganguela
		<i>Lunda-Ndembo</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Umbundo</i>	Ovimbundo
	Lucusse	<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
	Kangumbe	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Luimbi, Nhemba</i>	Nganguela
	Mwangai	<i>Luimbi, Nhemba</i>	Nganguela
		<i>Luchaze</i>	

		<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
Kamanongue	Kamanongue	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
Léua	Léua	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
	Liagongo	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Luvale</i>	Luvale
Kameia	Lumege	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Luvale</i>	Luvale
Luakano	Luacano	<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Minungo</i>	Nganguela
	Lago-Dilolo	<i>Luvale</i>	Luvale
Luau	Luau	<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Umbundo</i>	Ovimbundo
		<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Minungo</i>	Nganguela
Alto Zambeze	Kavungo	<i>Luvale</i>	Luvale
	Kazombo	<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Lunda-Dembo</i>	Lunda
	Kalunda	<i>Lunda-Dembo</i>	Lunda
	Lovua	<i>Lunda-Dembo</i>	Lunda
	Macondo	<i>Lunda-Dembo</i>	Lunda
	Lunbala-Kaquengue	<i>Luvale</i>	Luvale
	Kayanda	<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Lunda-Dembo</i>	Luvale
Luchaze	Kassamba	<i>Mbunda, Lutchaze</i>	Nganguela
		<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
	Kangamba	<i>Mbunda, Luchaze, Khangala</i>	Nganguela
		<i>Tchokwe</i>	Lunda-Tchokwe
		<i>Camussekele</i>	Khoisan
	Tembué	<i>Nhemba, Khangala, Mbunda</i>	Nganguela
		<i>Luchaze, Mbunda,</i>	
	Muié	<i>Kamaxi, Iuma</i>	
	Kangombe	<i>Kamaxi, Yuma, Mbunda</i>	
	Lumbala-Nguimbo	<i>Mbunda, Lutchaze, Kamakoma, Khangala</i>	



Bunda/Mbunda		<i>Umbundo</i>	Ovimbundo
	Lutembue	<i>Khangala</i>	Nganguela
		<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Luchaze, Mbunda</i>	Nganguela
	Luvuei	<i>Luvale</i>	Luvale
		<i>Mbunda, Lutchaze</i>	Nganguela
	Sassa	<i>Luchaze, Mbunda, Khangala</i>	
	Xume	<i>Khangala, Maxi, Niengo, Kamakoma, Mbunda</i>	
	Mussuma	<i>Mbunda, Kamakoma, Khangala, Niengo</i>	
	Ninda	<i>Mbunda, Niengo, Kamakoma, Maxi</i>	

Tabela - 1 Inventário de línguas e grupos étnicos da província do Moxico.

A tabela acima exposta dá-nos uma visão da diversidade das línguas bantu na província do Moxico, muitas delas não incluídas como parte do património etnolinguístico do país nas classificações dos grupos e subgrupos étnicos de Angola feitas por diversos especialistas.

Os dados que expomos relativos aos grupos étnicos e línguas, mostram-nos que estes estão dispostos de forma visivelmente heterogénea. Com muita frequência estão distribuídos de forma aleatória, alternada ou interpostas. Os dados apresentados na tabela 1, permitiram-nos contabilizar 15 línguas faladas em toda a extensão do território do Moxico, nomeadamente: *lunda-ndembo, mbunda, luvale, lutchaze, tchokwe, luimbi, nyemba, kamussekele, minungu, khangala, kamaxi, yuma, kamakoma, nyengo e umbundu*.

Notamos que é reduzida a proporção de grupos e línguas que formam uma comunidade exclusiva numa determinada região. Na maior parte dos casos, as línguas coexistem. *Luvale* e *tchokwe* são dois sistemas linguísticos distintos, no entanto têm semelhanças fonéticas e fonológicas e partilham um vasto repertório lexical. Na

transcrição gráfica, elas podem ser facilmente confundidas. Os falantes destas línguas quando não são bilingues, em certa medida, compreendem-se mutuamente, mesmo que cada uma das partes fale na sua própria língua.

A comparação que temos estado a efetuar entre as línguas anteriormente referidas, sucede também com as línguas luchaze, mbunda e outras variantes que lhes são próximas. Ademais, entre estas e aquelas há elementos que apontam para a partilha de traços culturais e linguísticos, e de algum antepassado comum em algum momento histórico.

### **1.3.3- Variedade linguística face à necessidade de harmonização gráfica das línguas angolanas**

Apresentámos a caracterização etnolinguística da Província do Moxico, para compreender as necessidades linguísticas e as eventuais barreiras de comunicação na expressão escrita, causadas pela diversidade etnolinguística da referida província, em particular, e de Angola, em geral.

Em virtude destes pressupostos, apresentamos as seguintes questões: como se pode alcançar uma comunicação eficiente entre diversas coletividades étnicas, cujos sistemas de línguas comportam marcas distintivas? Quais podem ser as medidas e recursos a ter em conta para a redução das ambiguidades na comunicação escrita das línguas de Angola?

Colocamos estas questões porque supomos que a diversidade e heterogeneidade das línguas têm inevitavelmente implicações em várias formas de expressão: como afetar a capacidade de intercompreensão entre grupos. A ser provável tal situação, torna-se necessário a adoção de mecanismos que viabilizem a comunicação, interação e integração social, por via das línguas de Angola.

A preocupação com a estabilização das línguas de Angola na sua expressão escrita, está também relacionada com o alcance das garantias de direitos fundamentais, especialmente relacionadas com a educação para todos os angolanos. Do ponto de vista social e linguístico, o uso exclusivo do *português* como língua de alfabetização, ensino e aprendizagem, não tem respondido plenamente a tais propósitos em todas as comunidades angolanas. O ensino nas línguas de Angola precisa de ser considerado neste processo de inclusão social e cultural. Esta preocupação encontra-se refletida na Lei nº 17/16 de 7 de outubro, Lei de Bases do Sistema de Ensino, cujo nº 3 do artigo 16 prevê nos termos de regulamentos próprios, a possibilidade de utilização das línguas angolanas, como instrumento de aprendizagem nos diferentes subsistemas de ensino.

A manifestação de vontade expressa na Lei de Base de Ensino de 2016 a favor do uso das línguas angolanas para fins de ensino e aprendizagem, tem cobertura nas normas de organizações internacionais que defendem os direitos linguísticos de todas as comunidades, como é o caso da UNESCO da qual Angola é membro. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 9 de junho de 1996, de Barcelona, recomenda o seguinte a todos os países membros da referida organização:

“Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu património cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer (artigo 28.º)

Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem (nº1 artigo 29.º)

Este direito não exclui o direito de acesso ao conhecimento oral e escrito de qualquer língua que lhes sirva de instrumento de comunicação com outras comunidades linguísticas (nº2 do artigo 29.º)”.

Neste sentido, a introdução efetiva das línguas angolanas nos sistemas de ensino poderá ser conseguida com sucesso, entre várias medidas, a partir do momento em que existirem estudos e propostas consolidadas de harmonização da transcrição gráfica dos

sistemas fonéticos das diferentes línguas, reduzindo significativamente a variação gráfica da transcrição do alfabeto adotado nas diferentes línguas bantus de Angola.

É com base nestas questões aqui descritas que entendemos refletir e apresentar propostas que respondam às preocupações linguísticas do nosso país. Considerando que não poderemos dar cobertura a todas as dimensões da Linguística para dar resposta à necessidade de harmonização das línguas de Angola, escolhemos focarmo-nos num subdomínio, a Antroponímia, ramo da Lexicologia.

A partir do estudo dos antropónimos das línguas da província do Moxico, pretendemos identificar aspectos críticos relacionados com a transcrição gráfica das línguas daquela região, tendo em conta que todas as comunidades linguísticas “têm direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua e em todos os domínios de utilização, bem como uma transcrição fonética para outro sistema gráfico, quando necessário, tão fiel quanto possível” (UNESCO, 1996, artigo 34.º).

## CAPÍTULO II

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ANTROPONÍMIA E LEXICOLOGIA

Dado que o objeto deste estudo é a *Antroponímia das Línguas da Província do Moxico*. O âmbito de estudo da dissertação está enquadrado nos domínios da Lexicologia e da Onomástica. Antes de explicarmos a relação que pretendemos estabelecer entre a Lexicologia e a Antroponímia, urge a necessidade de apresentarmos uma breve fundamentação teórica e conceptual sobre as designações supracitadas.

#### 2.1- Antroponímia

Etimologicamente a expressão antroponímia é formada por duas palavras gregas; *anthropo*, homem, e *nymia*, nome (Carreira e Quintino, 1964:17), passando a significar nome de pessoa. Leite Vasconcellos (1931:3) afirma ter empregue o termo antroponímia em 1887, na *Revista Lusitana*.

A Antroponímia enquanto domínio de conhecimento, é um subdomínio da Onomástica (Raposo 2013:999-1000, Carreira e Quintino, 1964:17). Por sua vez, a Onomástica é um “ramo da Lexicologia” (Cupido, 2011:21). O termo onomástica, que significa chamar, vem do grego, é entendido como o estudo que serve para chamar, isto é, estudar a relação explicativa entre os nomes próprios e os de pessoas. (Carreira e Quintino 1964:17). A Onomástica, segundo Raposo e Nascimento (2013:999-1000) e Cupido (2011:21), tem por objeto o estudo dos nomes individuais ou próprios do ponto de vista da sua morfologia, origem e motivação.

A Onomástica, que também pode ser designada por Onomatologia, está dividida em: Antroponímia - que estuda os nomes individuais, os sobrenomes e apelidos; e Toponímia - que estuda os nomes de lugares, povoações, nações, rios, vales (cf. Vasconcellos, 1931:3; Raposo e Nascimento, 2013:999-1000; Cupido, 2011:21).

## 2.2- Classes de onomásticos e Antropónimos

A literatura científica relacionada com a Onomástica e Antroponímia tem consagrado várias terminologias dos respetivos domínios que entendemos designar por classes de onomásticos e antropónimos.

No que se refere aos termos do domínio da Onomástica, da classificação elaborada por Xavier Fernandes (*apud* Careira, 1964:17-18), extraímos os seguintes:

“Topónimos – Nomes de lugares, rios lagos...

Etnónimos – Nomes de povos;

Patronímicos – Nomes que exprimem filiação, descendência ou linhagem;

Hierónimos – Nomes sagrados e nomes relacionados com as mitologias clássicas: entidades, animais e lugares

Homónimos – Nomes de fonética igual;

Metonímia – Tudo que se refira à mudança de nomes;

Panteonímia – Nomes de todos os seres (animais, astros, ventos, terras...)

Patonímia – Nome de rios

Prosonímia – Nomes de cognomes, sobrenomes

Pseudonímia – Nomes falsos

Teonímia – Nomes de entes sobrenaturais”

Antroponímia – Nomes de pessoas de em geral”.

As designações acima apresentadas fazem parte de algumas das terminologias usadas de forma genérica no domínio da Onomástica. Todavia, cada uma das unidades apresentadas pode ser objeto de estudo específico e autónomo, como por exemplo a toponímia e antroponímia.

Em relação aos termos que ocorrem no discurso restrito da Antroponímia, identificam-se os seguintes:

- *Nome próprio ou prenome* – refere-se ao primeiro nome individual que é dado à pessoa no registo ou no batismo. (cf. Vasconcellos, 1928:8; Careira, 1964:18; Raposo 2013:1004)

- *Sobrenome* – é o nome ou o grupo de nomes que se junta ao prenome para formar o nome completo dado a um indivíduo. O sobrenome é igualmente o patronímico que se junta imediatamente ao prenome (cf. Vasconcellos, 1928:9, 1931:4; Carreira, 1964:18). É também entendido como o segundo nome, imediatamente a seguir ao prenome.

- *Apelido* – é a designação que se junta ao prenome e/ou ao sobrenome para formar o nome individual completo. O apelido tem a particularidade de indicar a filiação, e é transmitido de geração para geração (Raposo e Nascimento 2013:1005).

- *Nome completo ou complexo* – Refere-se ao nome individual registado no acento de nascimento, constituído por mais de uma unidade denominativa: o prenome, sobrenome, apelido e por vezes pela alcunha (cf. Vasconcellos, 1928:9, 1931:4; Carreira, 1964:18; Raposo e Nascimento 2013:999-1000).

- *Alcunha* – nome informal que se associa ao nome individual, para destacar a particularidade de certas características físicas, psicológicas e comportamentais. Alcunha pode ser atribuída por conotação negativa ou positiva às características que descrevemos.

- *Pseudónimo* – Segundo Raposo e Nascimento (2013:999-1000) é o nome fictício criado com a finalidade de não dar a conhecer o nome real de uma personalidade. A prática de adoção de pseudónimo pode também ocorrer nos casos em que uma personalidade prefira dar a conhecer a sua obra usando o nome fictício, por considerar que o seu nome real não tem muito impacto para o público. *Pepetela* e *Wanhenga Xitu* são pseudónimos de escritores angolanos, Artur C. M. Pestana dos Santos e Agostinho Mendes de Carvalho, respetivamente.

- *Cognome* – refere-se à alcunha de uso e criação mais formal, muito associada às características e comportamentos de soberanos, reis imperadores, em geral à chefes de Estados. Em Portugal o rei D. João III tinha o cognome de *Príncipe Perfeito*, e Dona Isabel tinha o cognome de *Rainha Santa* (cf. Raposo e Nascimento, 2013:1005). Outro exemplo

de cognome é do imperador grego, *Alexandre, o Grande*. Em Angola, ao antigo presidente Agostinho Neto lhe tem sido atribuído o cognome *Fundador da Nação*.

## **2.3- Lexicologia e Antroponímia**

### **2.3.1- Lexicologia**

Lehmann e Mrtin-Berth (2000:XIII) definem Lexicologia como “tâche d’établir la liste des unités qui constituent le lexique, et décrire les relations entre ces unités. Nesta linha de pensamento, a Lexicologia tem por objeto a organização e descrição do léxico de uma comunidade social e linguística.

Outros autores definem a Lexicologia como o estudo das palavras de uma língua em todos os seus sentidos (cf. Vilela, 1974:9), estudo científico do léxico de uma língua (cf. Genouvrier, 1974:342; Haliday, 2004:3); “ciência do léxico que estuda as suas diversas relações com os outros sistemas da língua, sobretudo as relações internas do próprio léxico” (Sousa, 2001:1332).

De acordo com Vilela (1994:10) “o léxico de uma língua pode ser visto como o dicionário duma língua, a totalidade das palavras duma língua ou, como o saber interiorizado por parte dos falantes de uma língua acerca das propriedades lexicais das palavras”. A partir do raciocínio de Vilela, deduzimos que o léxico ou a palavra é o signo que o homem utiliza para representar e conhecer o mundo. Conhecemos uma coisa porque existe, tem sentido, é classificada e, por isso, recebe um nome. O sentido de uma coisa remete para o seu aspecto referencial. Portanto, o homem tem necessidade de dar nome àquilo que tem sentido para si, nomear para conhecer.

Na língua o léxico desempenha, entre outras, a função referencial. Este valor é destacado por Gomes e Cavacas, (2004:10-11) quando afirmam que “o léxico é ao mesmo tempo o primeiro retrato da realidade não linguística e o cofre do saber linguístico de uma comunidade. O Homem e as suas circunstâncias refletem-se em



palavras. As palavras estabelecem pontes e tornam-se chaves para a sociedade humana”. A unidade básica do léxico é o lexema.

### **2.3.2 – O léxico e o antropónimo**

O ponto de interceção que pretendemos estabelecer entre a Lexicologia e a Antroponímia, reside na constatação de que a Onomástica enquanto disciplina que estuda os topónimos e antropónimos é um ramo da linguística. Carreira e Quintino (1964:20) constataram que “o fenómeno onomatológico é tão antigo como o fenómeno linguístico. Não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de coisas, animadas ou inanimadas, abstratas ou concretas”.

Como podemos depreender da conceção acima exposta, a Linguística e a Onomástica são disciplinas afins. Os mesmos autores evidenciam que pela sua natureza e génese, a língua é em si mesma de natureza onomatológica (Carreira e Quintino, 1964:20).

Por intermédio da Lexicologia, a Linguística Geral vai procurar estudar nos nomes próprios os aspectos linguísticos, como por exemplo, os aspectos morfossintáticos da sua formação enquanto palavras ou signos linguísticos; a Antroponímia dá atenção aos aspectos extralinguísticos que acompanham a atribuição dos nomes, nomeadamente, os sociais e culturais.

Podemos assim dizer, que as palavras e os antropónimos são duas formas diferentes e mutuamente inclusivas de abordar o mesmo objeto: as unidades que constituem o léxico de uma língua. Esta afinidade é bem destacada por autores como Gomes e Cavacas, (2004: 10) ao afirmarem que as palavras estabelecem pontes e tornam-se relevantes para a sociedade. Para Cupido (2011:15) “as palavras são o rosto visível dos nomes e os indivíduos veem nelas a própria representação objetiva da realidade”.

De acordo com esta perspetiva, podemos inferir que as palavras e, concomitantemente, os nomes de seres e objetos, são os meios que os indivíduos adotam

para representarem a si próprios, “os seus atos e seus pensamentos, os objetos do mundo, sua forma, cor, a austeridade e medo que infundem e o som que emitem”. Na mesma linha de entendimento, para Biderman (1998:8) o homem utiliza os sistemas de linguagem, especificamente, as palavras para organizar o mundo que ele percebe a fim de lhe dar sentido.

É no contexto destas reflexões que nos propomos estudar a etimologia dos antropónimos da Província do Moxico, identificar potenciais fenómenos linguísticos que sobressaem na sua atribuição, uso e percepção social. Caso existam inconsistências linguísticas, efetuaremos a descrição e análise dos mesmos com a finalidade de apresentarmos as devidas recomendações.

## **2.4 - Razão de escolha, origem e significado dos antropónimos**

### **2.4.1- Razão de Escolha**

Dado ao facto de termos vindo a fazer o enquadramento teórico em torno dos antropónimos, consideramos ser importante apresentar de forma panorâmica os fundamentos socioculturais a eles associados. Passaremos assim a discorrer acerca da razão de escolha, origem e significado dos nomes próprios de pessoas.

Entendemos começar esta reflexão com uma pergunta retórica e genérica que sirva como ponto de partida. Porque é que os nomes são necessários?

Temos conhecimento de várias contribuições em torno deste questionamento. A prática de nomear, ou seja, o fenómeno onomatológico é uma necessidade inerente ao homem. De acordo com Biderman (1998:88) “a atividade de nomear, isto é, usar as palavras para designar os referentes extra-linguísticos é específica da espécie humana”, pois ela, à luz da conceção de Carreira e Quintino (1964:24) vai buscar motivos de apelação em vários setores da onomatologia, como fonte de inspiração.

As racionalidades sobre a necessidade e a natureza dos nomes remontam dos tempos antigos, como mostram os escritos de Platão. Em sua obra *Crátilo: Diálogo sobre*

*a justeza dos nomes*, (1994:20) no sentido genérico, explora a ideia segundo a qual o nome serve para distinguir a realidade, como por exemplo a teia da lançadeira entre os profissionais de tecelagem.

Visto que as entidades que constituem o género humano são inevitavelmente de natureza gregária, dificilmente comunicariam e entender-se-iam entre si, caso não tivessem adotado designação própria para que cada um se distinguisse dos restantes (cf. Vasconcelos, 1928:1).

Neste sentido, de acordo com a compreensão de Vasconcelos (1928:2), entendemos que a razão da escolha dos nomes reside no facto de os homens ao estabelecerem relações em contexto social e com o meio ambiente à sua volta, comprazerem-se em “exteriorizar a sua alma, transferem designações para sítios e regiões, para fenómenos ou partes do universo, para os seres naturais com que estão em contacto, para as entidades puramente imaginárias, para coisas que eles próprios fabricam”.

Em jeito de resposta à pergunta que formulámos no começo deste tópico, os nomes na dimensão genérica (no âmbito dos estudos da linguística geral) e na dimensão específica (no âmbito de estudos antroponómicos), são necessários para o género humano porque permitem organizar o mundo em torno de si, estabelecer distinção entre as diferentes realidades com que têm contacto, conhecer os objetos e as diversas entidades de acordo com a natureza própria de cada uma delas.

Para além da sua importância na comunicação, o uso dos antropónimos permite distinguir os indivíduos dos seres que não pertencem à mesma categoria, distinguir individualmente cada membro do género humano, dado que cada indivíduo tem características físicas e psicológicas que lhe tornam único e distinto entre os seus pares, quer seja no espaço local, quer seja no espaço global.

## 2.4.2 - A origem dos nomes

Falar de antroponímia pressupõe perguntar tal como faz Platão (1994:21-22) Quem fornece os nomes de que nos servimos? Para onde é que se olha ao estabelecer os nomes?

Um dos autores que descreve como a inspiração para nomear se processa é Leite de Vasconcelos (1928:23) que afirma o seguinte:

“os nomes de pessoas nascem, em regra, de expressões da língua comum, isto é, de palavras simples, derivadas e compostas, ou de frases: e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, à coisas e fenómenos da natureza, ao tempo, à geografia, à qualidades físicas e morais dos indivíduos, à circunstâncias, necessidades e ocupações da vida quotidiana, à religião ou à magia, à guerra, à domínios (em todo sentido, a estados sociais) ”.

Nesta citação, destacamos a ideia de que os nomes nascem da língua comum, usada convencionalmente como meio de comunicação e interação entre membros de uma comunidade ou com outros membros de outras comunidades. Antes de ser classificado como <nome>, este signo é uma palavra em determinada língua, sobre a qual é associado um valor semântico que se refere a entidades, objetos, factos reais ou imaginários, fenómenos da natureza, visando dar sentido às realidades do mundo.

Na mesma linha de pensamento, Raposo e Nascimento (2013:1001) discernem com bastante substância a relação entre os antropónimos e os léxicos da língua comum. Estes autores partem do princípio de que “todos os antropónimos são originalmente expressões comuns da língua, na qual têm um sentido descritivo. Este sentido original chama-se significado etimológico do antropónimo”.

Dado que o léxico é o signo que o homem utiliza para representar e conhecer diversas realidades portadoras de sentido no mundo à sua volta, esta particularidade faz com que as motivações de escolha dos nomes de pessoas venham a ser procuradas nas características ou qualidades atribuídas a elementos e/ou fenómenos da natureza, e nas situações decorrentes de eventos históricos e sociais.

Em estudos realizados no contexto africano por Carreira e Quintino (1964:23), na obra *Antroponímia da Guiné Portuguesa*, estes autores notaram que naquele contexto as motivações para a imposição dos nomes vêm de muitas fontes, como os “eventos ocorridos na altura do nascimento ou durante o aleitamento”. Pode ser denominado de *Hóspede* uma pessoa cujo nascimento coincide com a chegada de um hóspede. O nome *Chuva* pode ser dado a uma criança que tenha nascido na altura em que chovia muito.

Na província do Moxico é muito frequente encontrar-se em diversas comunidades linguísticas nomes que partilham estas características que descrevemos. A título de exemplo, tal como os que usamos no parágrafo anterior, nas línguas luvale e tchokwe da província do Moxico são muito frequentes os nomes como *Ngeji*, *Ungeji*, *Vula*, *Muaka wa Vula*, traduzidos para português equivalem a ‘visita’ ou ‘hóspede’, ‘viagem’, ‘chuva’ e ‘ano de muita chuva’, respetivamente. Estes exemplos que apresentamos parecem-nos como um processo de antroponimização do léxico de uma língua.

Fenómeno semelhante está presente nos nomes usados em português, originalmente provenientes de outras línguas, como é o caso de *Adelaide*, formado pela aglutinação de duas palavras, <adel> que significa ‘nobre’ no alemão, <haidus> ‘maneiras’ no gótico. O nome *Casimiro* provem de duas palavras do polaco <Kasati> ‘pregar’ e <mer> ‘paz’. O nome que resulta dessa aglutinação passa assim a significar ‘defensor da paz’. ‘Veríssimo’ surge de <verissimu> e significa ‘verdadeiro’ no latim. ‘Adolfo’ nome proveniente da língua alemã, <adel>, ‘nobre’, <wolf> ‘lobo’. O nome ‘João’ a língua portuguesa foi buscá-lo a *Jeovah Donnavit*, que significa ‘Deus deu’ (cf. Carreira e Quintinho, 1964:23).

Em jeito de resposta às perguntas: Quem fornece os nomes de que nos servimos? Para onde é que se olha ao estabelecer os nomes? as fontes que consultámos (Vasconcelos, 1928; Carvalhos, 2007, Carreira e Quintino, 1964) apresentam-nos várias fontes que servem de motivação para a escolha e a atribuição de antropónimos, das quais passamos a enumerar as seguintes:

- |                       |                                   |
|-----------------------|-----------------------------------|
| - Motivação religiosa | - Motivação familiar e de amizade |
| - Devoção particular  | - Motivação política              |

- Nomes provenientes do arbítrio, acaso, da superstição, fantasia, do gosto, patriotismo local (nomear vagamente uma pessoa)
- Nomes curiosos ou excêntricos
- Motivação histórica
- Nomes motivados por circunstâncias, lugar e tempo de nascimento
- Nomes motivados por particularidades físicas ou qualidades morais
- Nomes relativos a profissões

No contexto dos povos bantu, as fontes que motivam a escolha dos antropónimos, como estas que enumerámos, são semelhantes às que ocorrem na maior parte das sociedades que conhecemos hoje. Mas dada à diversidade cultural e étnica, combinada com a frequente ligação às tradições orais, predominante relação com o ambiente natural e com o simbolismo cultural, as fontes de escolha de antropónimos tendem a multiplicar-se e a constituírem ricos e variados repertórios de antropónimos.

### 2.4.3 Significado dos nomes

A preocupação com o significado dos antropónimos tem sido um facto que ocupa espaço e tempo nas conversas da vida quotidiana de diferentes esferas sociais, nos *media* e nas instituições públicas de Angola.

O facto de o assunto ser alvo de muita atenção de organismos públicos é revelador de que a questão é de significativa importância social nas sociedades bantu, como é o caso da sociedade angolana.

Em certa ocasião, um Ministro da Justiça, na qualidade de titular da instituição que tutela os serviços da Conservatória de Registo Civil, ao reagir oficialmente em torno da questão da escolha e atribuição dos antropónimos, apelou à sociedade e aos servidores públicos que lidam com o assunto em voga que evitassem a atribuição de nomes “pejorativos”, nomes que “atentam contra a dignidade da pessoa”.

De acordo com esta forma de entender, nomes bantu que em português equivalham à ‘pobre’, ‘mentiroso’, ‘feitiço’ ou ‘feiticeiro’ são considerados pejorativos, “impróprios” para serem atribuídos às pessoas. Antes de avaliarmos o mérito ou o demérito destas alegações, é necessário estabelecer um enquadramento teórico sobre assunto, para que se possa analisar e contextualizar as preocupações em torno do valor semântico dos nomes.

Falamos da importância dos nomes, das fontes de motivação: os antropónimos são antes, palavras da língua comum, descrevem o significado de coisas usadas pelo homem. No entanto, os autores que se dedicam ao estudo dos nomes próprios de pessoas defendem que apesar dos antropónimos originarem de palavras que definem o significado do seu referente em uma língua comum, o mesmo não acontece quando são usados como designações de pessoas. Teses como estas são defendidas por vários autores, como é o caso de Sager (2000:44), de quem extraímos seis inferências fundamentais dos antropónimos:

- (a) “Les noms propres servent à désigner des entités que nous envisageons d’abord comme des individus, puis comme les éléments d’une catégorie.
- (b) On peut décrire les individus mais pas les définir, c’est-à-dire que les noms propres renvoient directement au référent sans passer par un concept.
- (c) Les individus sont nommés arbitrairement.
- (d) Leur nom n’est pas une abréviation ni une description complexe, mais un désignateur, simple et efficace.
- (e) Il existe cependant certaines traditions dans la manière de nommer les catégories d’individus.
- (f) Des connotations positives ou négatives peuvent être associées aux noms des individus”.

Na primeira premissa, o nome é visto como uma etiqueta ou designação que é associada a um indivíduo para ser distinguido de entidades da mesma categoria e de outras categorias. Na segunda premissa, defende-se a ideia de que o nome próprio não define e não conceptualiza o referente. A razão que suporta a ideia de que designação de uma pessoa não o define nem o conceitualiza está relacionada com a terceira e a quarta

premissa, segundo as quais os indivíduos são nomeados arbitrariamente, pois seus nomes não são uma abreviação ou descrição complexa, mas um designador simples e eficaz.

Esta perspectiva é partilhada por Raposo e Nascimento (2013:1000), ao considerarem que os antropónimos não têm significado descritivo, são semanticamente neutros. Estes autores demonstram esta perspectiva com o exemplo de sobrenomes *Coelho*, *Lobo*, *Raposo*, e *Rosa*, “mau grado de serem nomes próprios formados por palavras do léxico comum com sentido descritivo, o conteúdo semântico não se aplica aos seus referentes”.

Pessoas denominadas por *Leão*, *Carneiro*, *Orquídea* ou *Lírio* não são animais ou plantas e também não possuem as características psicológicas associadas àqueles animais, nem possuem necessariamente as qualidades metafóricas atribuídas às flores.

É precisamente na ausência da relação direta e denotativa do conteúdo semântico do nome próprio com o seu referente que o antropónimo é considerado como um designador arbitrário, “simples e eficaz” (Sager, 2000:44), um designador rígido, cuja função imediata, principal, é servir de elemento de identificação, individualização das características físicas e mentais<sup>4</sup> de uma pessoa em todos os contextos sociais possíveis, em todos os mundos possíveis (cf. Raposo e Nascimento, 2013:997). Um antropónimo não tem em si mesmo as características «naturais» semanticamente atribuídas àquela unidade linguística.

Assim, entendemos que, de acordo com a perspectiva teórica da arbitrariedade semântica dos antropónimos, os nomes bíblicos hoje largamente usados como *Gabriel*, *Daniel*, *Mateus*, *Raquel*, *Lia*, *Sarah*, *Maria* são nomes dados por arbítrio, pois apesar de terem um sentido semântico no hebraico, as pessoas assim designadas raramente têm as qualidades ou vantagens espirituais indicadas na língua de origem: Gabriel - “homem de Deus”; Daniel - “o Senhor é meu Juiz”; Mateus - “dom de Deus; Raquel - “mulher mansa ou

---

<sup>4</sup> Características físicas e mentais como o género, masculino ou feminino; a forma das suas afeições, das impressões digitais, cor do seu cabelo, dos seus olhos, dos seus gostos, interesses e afetos, e tudo que lhe torna único (cf. Raposo e Nascimento, 2013:997).



pacífica”; Lia - “vaca selvagem” ou “trabalhadora”; Sarah - “filha do rei, princesa”; Maria - “soberana”, “vidente”, “pura”.<sup>5</sup>

No princípio deste tópico, introduzimos a percepção social relacionada com a importância que é dada ao significado dos antropónimos. Durante a discussão deste assunto, verificámos que não existe uma relação direta entre o sentido semântico dos antropónimos enquanto signos linguísticos e a definição da pessoa a que o nome se refere.

Mas considerando que esta associação tem sido socialmente admitida e defendida, a hipótese que levantamos para explicar esta tendência é que a importância dada ao significado dos nomes deve-se a imperativos de ordem cultural e social, ou seja, o valor semântico dos nomes é resultado de conveções sociais. Esta percepção segundo Gomes e Cavacas (2004 :10-11), como citamos anteriormente, pressupõe ver a língua como um cofre do saber cultural de uma comunidade. O significado de um nome é culturalmente significante porque «traz consigo reminiscências simbólicas e afetivas»<sup>6</sup> de um povo, principalmente dos dadores angolanos que usam a onomástica para perpetuar a si próprios e a sua história de vida nos filhos.

No tema que se segue procuraremos aprofundar a influência da cultura e do meio social relativamente à necessidade de preservação do significado dos antropónimos.

#### **2.4.4- A dimensão cultural e social dos nomes**

“Cada nome tem uma secreta força espiritual, que ultrapassa o sentido etimológico”<sup>7</sup>. Esta afirmação extraída do «*Cultura*», o jornal da imprensa pública que trata de assuntos relacionados com as artes, letras e outras formas de expressão cultural,

---

<sup>5</sup> Dicionário de Nomes Próprios. *Significado dos Nomes Bíblicos*. <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nomes-biblicos>.

<sup>6</sup> MATOSO, João (2010) *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.

<sup>7</sup> José Luís Mendonça (29-10-2013) *Se eu tivesse uma filha chamada Gana*, versão online do “*Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras*”, disponível em <http://jornalcultura.sapo.ao/editorial/se-tivesse-uma-filha-chamada-gana>.

é um bom indicador da importância que é dada em Angola à conotação semântica dos nomes de pessoas.

Temos ainda mais dois exemplos que mostram como a questão do significado do nome é muito valorizada em Angola; vejamos as seguintes afirmações: “um filho que leva o nome de uma pessoa benfeitora é também bom. Um filho xará (homónimo) de um malfeitor, o é igualmente”<sup>8</sup>. “As culturas angolanas partilham o conceito de que dar um nome a alguém é definir a sua personalidade”<sup>9</sup>. As duas sentenças foram extraídas das redes sociais da internet.

A primeira é da autoria de um jornalista e formador de opinião em assuntos de cultura bantu e *bakongo*. A segunda foi igualmente extraída de um comentário de um angolano que reagia a uma autora portuguesa de página *web*<sup>10</sup> que se interessava por antropónimos angolanos. O que é importante reter nestas duas publicações ou reações são as representações sociais amplamente enraizadas em certas culturas de Angola, em que se pensa que os nomes dados às pessoas estabelecem relações diretas com o carácter, a personalidade socialmente esperada ou não de uma pessoa ao relacionar-se com outras.

Em outra ocasião, o *Jornal Cultura* destacava a recomendação do *Fórum sobre a Identidade Nacional*, realizado no Huambo, em outubro de 2003, no qual se apelava à necessidade do “estudo das formas de atribuição de nomes, para que cada indivíduo veja no nome atribuído um fator ou aspeto da sua identidade”<sup>11</sup>. Nesta recomendação do *Fórum sobre a Identidade Nacional*, vemos a apologia da ideia de que a atribuição do nome cultural e socialmente contextualizado está vinculada à construção da identidade individual e grupal dos povos de Angola. Neste caso, os antropónimos bantu estão a ser

---

<sup>8</sup> Makuta Nkondo (05-09-2011) *Os nomes ou cognónimes kikongos*. Disponível em [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt).

<sup>9</sup> Nomes e mais Nomes (23-07-2012) *Nomes angolanos?* Disponível em <http://nomesportugueses.blogspot.pt/2012/07/nomes-angolanos.html>. Consultado em 09/01/2017.

<sup>10</sup> A palavra *bloguer* no português é um estrangeirismo, que se refere a autores de páginas de informação na internet.

<sup>11</sup> Jornal Cultura (16-11-2015) *Nomes em umbundo*. Disponível em <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/nomes-em-umbundu>, consultado em 08/01/2017.

adotados como meio de informar o grupo de pertença ou de origem social, “indicar” quem a pessoa é em relação a si e aos outros, os seus valores, crenças, ideias, práticas culturais e sociais partilhadas ou não partilhadas.

Assim, apesar dos nomes de pessoas serem em muitos casos contextualizados cultural e socialmente, a sua principal e mais importante função não é de determinar a classe social, nem indicar estar fora ou dentro do “habitat natural” de origem étnica. O nome não explica biológica ou psicologicamente se o homem é ou não é. Sob este ponto de vista, Platão (2001) considera:

“os denominados elementos primitivos de que somos compostos ... não admitem explicação. A cada um só poderás dar nome, sem nada mais acrescentar, nem que é nem que não é, pois isso já implicaria atribuir-lhe existência ou não existência, o que não seria lícito, se quiseses falar dele, apenas dele. Nenhum desses elementos admite explicação; só podem ser nomeados; é só o que têm: nome”.

Por ser um designador rígido, as comunidades linguísticas põem os antropónimos à sua disposição imprimindo-lhes um valor semântico para por meio da língua registar na memória coletiva, os factos passados e presentes. Esta função é secundária. O significado dos nomes pode ser associado à representações culturais e sociais, desde as mensagens de boas vindas até aos bons e maus presságios. Apesar disso, este uso é essencialmente cultural e uma questão de tradição.

A quinta premissa dos antropónimos, segundo Sege (2004:44), sugere que “Il existe cependant certaines traditions dans la manière de nommer les catégories d’individus”, isto é, na medida em que a capacidade de nomear é inerente aos géneros humanos, cada grupo linguístico desenvolve uma certa forma de atribuição de antropónimos de acordo com as tradições da região em que o nome é designado.

Certas culturas utilizam a onomástica como repositório da língua, necessário para guardar as imagens e mensagens culturais da sua comunidade linguística. É neste aspeto que se deve enquadrar a importância que é dada ao “papel do contexto para a identificação do referente de um nome próprio”, cuja “função primordial [é] referir de modo individualizado entidades particulares do mundo” (Raposo e Nascimento,

2013:1015). Apesar de os antropónimos nascerem da língua comum de onde têm significado descritivo,

“constituem uma etiqueta arbitrária, cuja ligação direta com o referente tem de ser cognitivamente partilhado pelos interlocutores num determinado contexto discursivo. O contexto discursivo, situacional e cultural no qual se inserem os enunciados é fundamental para a identificação do referente de um nome próprio (Raposo e Nascimento, 2013:996).

Nomes como *Mwanza, Luvunu, Nkembo, Ngoma, Nuni* (do kicongo)<sup>12</sup>, *Eyala, Kamwenho, Kaviniama, Likiliki, Lukamba, Safeka* (do umbundu)<sup>13</sup>, *Kwiva, Mutondo, Usona, Ufé, Kwita* (tchokwe), *Kituxi, Hebo, Masoxi, Malamba, Kijila, Nzaji*<sup>14</sup> (do kimbundo), podem ser plenamente compreendidos se não forem dissociados do “contexto discursivo, situacional e cultural no qual se inserem. O seu sentido literal é facilmente compreendido pelos falantes, já que esses [antropónimos] são formados por palavras correntes da língua” (Raposo e Nascimento, 2013:1015).

No primeiro capítulo, falámos de Angola como um território no qual confluem muitos grupos étnicos falantes de línguas diferentes, mas unidos pela língua que lhes é comum, o português. Referimos também que, por razões históricas, demográficas, económicas e sociais, os centros urbanos passaram a ser social e culturalmente heterogéneos ou multilingues e, concomitantemente, os seus habitantes são formados por falantes de várias línguas do grupo bantu.

É perfeitamente normal encontrar a coabitação de pessoas que falam línguas maternas diferentes. Em todas províncias de Angola as estações locais de rádio apresentam notícias e programas em línguas faladas na região. O mesmo acontece com a Rádio Nacional que difunde informações em diversas línguas faladas em Angola para toda extensão territorial do país. Como se tem verificado, um programa emitido em

---

<sup>12</sup> Makuta Nkondo (05-09-2011) *Os nomes ou cognomines kikongos*. Disponível em [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt). Consultado em 09/01/2017.

<sup>13</sup> Jornal Cultura (16-11-2015) *Nomes em umbundo*. Disponível em <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/nomes-em-umbundu>.

<sup>14</sup> SERROTE, João Major (2015) *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malange*. Dissertação de mestrado, Lisboa: FCSH/UNL, p.11.

determinada língua para um público vasto e heterogéneo que fala várias línguas, somente poderá ser entendido pelo núcleo de falantes daquela região que fala a língua em que o programa está a ser difundido.

Assim, dado que os antropónimos têm origem nas palavras da língua, o seu significado semântico somente será compreendido pelos falantes da língua que dá origem à designação da pessoa. Os demais membros da mesma comunidade falantes de outras línguas poderão apenas usar o antropónimo da língua que não conhecem o sentido conotativo somente como uma etiqueta para individualizar ou distinguir o referente do antropónimo de outros indivíduos da mesma categoria com quem estabelece relações. Esta é a função primária e objetiva dos nomes. É neste aspeto que reside a arbitrariedade semântica do antropónimo. O sentido conotativo do nome é uma imposição arbitrária.

A defesa da função secundária e extralinguística dos nomes em Angola, relacionada com a sobrevalorização do seu significado, é uma necessidade social que usa o sistema onomástico para conservar a história cultural e social dos povos, preservar as suas memórias coletivas. Aplicado neste sentido, o antropónimo enquanto parte do léxico geral, torna-se a “parte da língua que configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade” (cf. Silva, 2012:31).

Esta constatação pode ser claramente identificada em estudos relativos à antroponomia realizados na Guiné Bissau com povoações bantu. Em tais estudos, podemos encontrar descritas as motivações contextuais e extralinguísticas de apelação adotadas para designar pessoas, que consideramos serem plenamente aplicáveis aos povos de Angola, entre as quais mencionamos as seguintes:

**(a)** as condições físicas e de saúde, **(b)** o corpo e partes do corpo humano, **(c)** as situações e posições nos agregados familiar e social, **(d)** exprimindo atitudes, **(e)** alusivos a atividades profissionais, permanentes e acidentais, **(f)** exprimindo manifestações de voto, de desejos e de sentimentos, **(g)** alusivos à fidelidade ou infidelidade conjugal, **(h)** a fortuna ou desfortuna, **(i)** exprimindo pensamentos, conceitos e aforismos, **(j)** constituindo ditos intencionais e remques, **(k)** designativos de entidades sobrenaturais ou lugares sagrados, **(l)** designativos ou evocativos de festas, de ritos, de tabus ou de superstições, **(m)** alusivos a partos de gémeos. ou

designativos de gémeos, **(m)** animais e seus despojos, **(n)** árvores, arbustos, ervas, flores, frutos; **(o)** evocativos de coisas, seus estados e propriedades, **(p)** alusivos a eventos ocorridos durante a gravidez, na altura do parto, no período do aleitamento, na infância, ou ainda associados ou por qualquer modo ligados às mesmas circunstâncias (Carreira e Quintinho, 1964:44-45).

Na cultura onomástica de Angola, em muitas situações, os nomes são associados a eventos, estados de coisas relacionadas com a vida diária e aludem a situações que interessam ser lembradas sempre que um determinado antropónimo é evocado. Isto acontece como dissemos, por razões culturais, pois os nomes são arbitrários. Um mesmo nome pode ser dado a centenas ou milhares de pessoas e elas não terem todas as características que os significados definem. As práticas ou tradições de nomeação têm permitido estabelecer uma relação instrumental entre a arbitrariedade semântica dos antropónimos e a motivação histórica, cultural, social, situacional de apelação.

Por meio de estudo ou análise de antropónimos, é possível compreender os dados socio-históricos de um determinado povo, como é o caso de Angola, e identificar no léxico das diversas línguas um rico acervo que serve para refletir a vida diária daquela sociedade (cf. Silva, 2012:33). Em nosso entender, a grande razão que explica a elevada importância que tem sido dada ao significado dos antropónimos tem sido preservar a cultura e história dos povos.

## **CAPÍTULO III**

### **METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS**

Depois de termos apresentado um quadro de contextualização histórico-linguística da província do Moxico e de termos igualmente efetuado o enquadramento teórico do problema de pesquisa da dissertação, as linhas que se seguem estão destinadas à apresentação e análise de dados, isto é, análise dos usos de antropónimos ao nível das suas implicações linguísticas, sociais e culturais.

#### **3.1- Metodologia de trabalho**

##### **3.1.1- Fontes e técnicas de recolha de dados**

Os dados a que o presente trabalho se refere são os antropónimos e diferentes línguas da província do Moxico. Em termos de fontes de recolha de dados, foram utilizados dois tipos: a fonte bibliográfica e as fontes orais. A fonte bibliográfica refere-se a documentos escritos, obras publicadas e não publicadas, literatura científica e não científica que versam direta ou indiretamente sobre os antropónimos e o léxico das línguas de Angola.

Entre os tipos de documentos de que fizeram parte das fontes escritas incluem-se, gramáticas e dicionários de línguas angolanas, livros de provérbios e contos tradicionais na língua tchokwe. Incluem-se também o mapa descritivo das línguas angolanas faladas na província do Moxico e listas de alunos matriculados nas escolas do Ensino Geral de quatro municípios.

Quanto às fontes orais, trata-se de informadores que forneceram dados sobre as línguas faladas nas respetivas regiões. As nossas fontes foram constituídas por entrevistados que nos forneceram informações sobre o significado e o género gramatical dos nomes, e a explicação do contexto cultural e social de uso dos antropónimos. De

realçar que os entrevistados não foram escolhidos de acordo com critérios de representatividade, mas sim de acordo com a disponibilidade. A sua escolha foi feita pelas Administrações Municipais. Foram escolhidas pessoas consideradas fluentes nas línguas locais e conhecedoras dessas mesmas culturas, como as autoridades tradicionais, professores e funcionários públicos.

Tendo em vista os objetivos que pretendemos alcançar e a natureza sociocultural do objeto da nossa análise, entendemos eleger a entrevista como técnica de recolha de dados junto dos informadores.

A entrevista é uma técnica recorrente na recolha de dados em pesquisas do domínio das ciências sociais e humanas, que consiste em estabelecer contacto face-a-face entre um entrevistador/pesquisador e entrevistado/informador, numa sessão de perguntas e respostas, em que o primeiro precisa de obter informações que o segundo fornece (Costa, 2012:149; Amado e Sónia, 2014:207; Coutinho, 2015:141). Ao verificarmos que esta técnica é aplicável ao nosso trabalho, estabelecemos contactos com informadores como autoridades, que nos forneceram informações relacionadas com os significados dos antropónimos e com as razões de escolha dos mesmos.

### **3.1.2- Constituição do *corpus***

O termo *corpus* refere-se a um conceito que ocupa um lugar de destaque em pesquisas do domínio da linguística e disciplinas afins. Refere-se a “*un ensemble fini d’énoncés considérés comme caractéristiques du type de la langue à etudier, réunis pour servir de base à la description et, éventuallment, a l’élaboration d’un modele explicatif de cette langue*” (Galisson e Coste, 1976:131). Assim, o *corpus* de análise que pretendemos estudar, descrever e explicar no presente trabalho é constituído por dois tipos de dados: (a) Inventários de nomes de alunos matriculados em diferentes escolas do Ensino Geral de quatro municípios,



### 3.1.3- Tratamento de dados

A ferramenta utilizada para o processamento e análise de dados é o software *Concap*. Esta ferramenta permitiu-nos criar listas únicas de antropónimos, no sentido de analisar individualmente e comparar entre si enquanto unidades linguísticas. De igual modo, forneceu-nos a possibilidade de analisar as unidades linguísticas, organizadas tanto na ordem alfabética, quanto na ordem de frequência em que ocorrem no *corpus*.

O *corpus* recolhido estava disposto em dois tipos de formatos, nomeadamente, em formato *word* e *jpeg*. O segundo foi convertido em *word* para que fosse possível transformá-lo em formato *txt*, dado que a ferramenta que utilizámos para o processamento do *corpus* funciona somente com documentos naquele formato. O tratamento de dados passou por duas etapas: a primeira consistiu em converter o *corpus* em formato *txt*, para que fosse possível processar os dados com o *CONCAP*. A segunda etapa consistiu em inserir o *corpus* no *CONCAP* e efetuar o devido processamento dos dados.

A realização da segunda etapa permitiu-nos delimitar o tamanho do *corpus* de antropónimos recolhidos, constituído por 3987 de formas únicas e 20743 total de formas, e efetuar a concordância e o contexto.

## 3.2- Análise de dados

### 3.2.1- Características socioculturais dos antropónimos do Moxico

A maior parte dos nomes completos de denominados que constam do *corpus* provêm das línguas portuguesa e angolanas, de acordo com a região de onde cada nome origina. Regra geral, ou em sua maioria, os nomes em língua portuguesa são adotados como nome próprio (prenome). Em proporção inversa os nomes de línguas angolanas, maioritariamente são adotados como sobrenomes e apelidos.

Tais nomes são largamente usados na província do Moxico. Na tabela a seguir pode-se vê-los em negrito:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>António Fernando</b> <i>Capalo</i></li> <li>• <b>Aurélio</b> <i>Chihindula</i></li> <li>• <b>Berta Segunda</b> <i>Samacai</i></li> <li>• <b>Domingas</b> <i>Chinhama</i></li> <li>• <b>Domingas Paciência</b> <i>Chinhama</i></li> <li>• <b>Elindo Paiva</b> <i>Gimo</i></li> <li>• <b>Ernesto Chissengo</b> <i>Tomás</i></li> <li>• <b>Evaristo Kahilo</b> <i>Chimbuto</i></li> <li>• <b>Faísca</b> <i>Chiteta</i></li> <li>• <b>Félix</b> <i>Kacoma</i></li> <li>• <b>Filipe João</b></li> <li>• <b>Firmino</b> <i>Kassongui</i></li> <li>• <b>Francisco</b> <i>Chinhama</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ilda Florência Alberto</b></li> <li>• <b>Inácio</b> <i>Kapalo Graça</i></li> <li>• <b>Isabel Lúcia</b> <i>Caumba</i></li> <li>• <b>Jaime</b> <i>Njolomba</i></li> <li>• <b>João</b> <i>Boano Fuel</i></li> <li>• <b>Celestino</b> <i>Ngolofana</i></li> <li>• <b>João Lopes</b> <i>Chilongo</i></li> <li>• <b>João Numbo</b> <i>Muxili</i></li> <li>• <b>Jorgeta</b> <i>Vihemba</i></li> <li>• <b>José Eduardo</b> <i>Abraão</i></li> <li>• <b>Júlia Elias</b> <i>Domingos</i></li> <li>• <b>Juliana</b> <i>Chilombo Ngalito</i></li> <li>• <b>Júnior</b> <i>Chiteta Chissola</i></li> <li>• <b>Lidia</b> <i>Womba Chipawa</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Moisés</b> <i>Caumba</i></li> <li>• <b>Moisés Valentim</b> <i>Castro</i></li> <li>• <b>Morais</b> <i>Kalufulo Kauta</i></li> <li>• <b>Nelson</b> <i>Muxili</i></li> <li>• <b>Pascoal André</b> <i>Satumba</i></li> <li>• <b>Paulo Caiombo</b> <i>Caumba</i></li> <li>• <b>Paulo Ilídio</b> <i>Parente</i></li> <li>• <b>Paulo</b> <i>Lucama</i></li> <li>• <b>Paulo Rocha</b> <i>Saluisa</i></li> <li>• <b>Pedro Manuel</b> <i>Cacoma</i></li> <li>• <b>Priscila Maria</b> <i>Cumbi</i></li> <li>• <b>Rafael</b> <i>Ngonga Muzala</i></li> <li>• <b>Rosaria</b> <i>Sombo Mahichi</i></li> <li>• <b>Silva</b> <i>Leyo</i></li> <li>• <b>Valeriano</b> <i>Chifita Ângelo</i></li> </ul>
---	---	---

Tabela 2 – Mostra a ordem de posicionamento dos nomes segundo a língua de denominação

O primeiro dado que verificámos está na forma padronizada como o antropónimo completo de cada referente aparece ordenado em quase todas as listas de alunos que constituem o *corpus* de antropónimos a que tivemos acesso: como se pode ver na tabela 2, o prenome tem frequentemente origem na língua portuguesa, seguindo-se os sobrenomes e apelidos nas línguas de Angola.

O segundo dado é caracterizado pelo facto de parte significativa dos prenomes atribuídos em português terem entrado nesta língua como antropónimos: alguns nomes que constam da Tabela 2 como *Isabel*, *João*, *José*, *Mateus*, *Moisés*, *Paulo* são nomes bíblicos que chegaram até nós (lusófonos) por via da cultura e religião cristã. Os nomes em português como *António*, *Aurélio*, *Júlio*, *Valério*, *Emílio* “são de origem romana, provêm, não raro, de nomes gentílicos” (Vasconcelos, 1931:7). Há também na onomástica portuguesa nomes de origem germânica, eslava, judia, árabe, etc.

Os antropónimos *Celeste, Constância, Esperança, Evita, Generosa, Glória, Graça, Gracioso, Piedade, Piedoso, Salvador* são de origem portuguesa e provêm também da religião cristã.

Uma tendência interessante que identificámos nos nomes encontrados em muitas escolas é o da existência de antropónimos tirados do léxico da própria língua portuguesa. Para estes casos temos exemplos de antropónimos que foram encontrados em várias listas de alunos, como *Alegria, Benvindo, Boano*, (adaptação fonológica de Bom-ano), *Boas, Braço, Cadência, Faz, Frutuoso, Guerra, Jardim, Máquina, Miúdo, Nascimento, Negro, Paciência, Pacote, Parente, Pena, Príncipe, Relógio, Sapato, Saúde, Sete, Sozinho, Terça, Troco*.

Os antropónimos que acabámos de citar são ao mesmo tempo unidades linguísticas portadoras de valores semânticos do português, enquanto língua comum, e referem-se a coisas ou estados de coisas conhecidas. Este processo ocorre de igual modo com quase todos os antropónimos formados a partir do léxico das línguas bantu, como por exemplo os antropónimos das várias línguas faladas naquela região, nomeadamente: *Kacoma, Kahango, Kaiombo, Kapalo, Kaumba, Tchifita, Tchihindula, Tchilombo, Tchilongo, Tchimbuto, Tchinhamo, Tchipawa, Tchissengo, Tchisola, Tchiteta, Cumbi, Gimo, Kacoma, Kahilo, Kalufulo, Kapalo, Kassongui, Kauta, Ngonga, Muzala, Njolomba, Numbo, Muxili, Saluisa, Samacai, Sanjombi, Satumba, Sombo, Vihemba, Womba*<sup>15</sup>.

Os nomes acima apresentados são formados a partir de palavras do léxico comum das línguas angolanas, partilham as mesmas características linguísticas/semânticas com os nomes anteriormente citados, formados igualmente a partir do léxico comum da língua portuguesa. Dado o contexto sociocultural, em ambos os casos a motivação semântica de apelação refere-se, entre várias coisas, a condições físicas e de saúde, a expressão de atitudes, referência a entidades sobrenaturais, a evocação de coisas (reais e imaginárias), seus estados e propriedades, etc.

---

<sup>15</sup> Quase todos estes antropónimos são sobrenomes ou apelidos dos nomes de indivíduos da tabela nº 2

Vemos claramente que mesmo usando a língua portuguesa, os pais ao nomearem os seus filhos adotam o léxico para «antroponomizar» em função do significado a que o nome alude. Esta forma de proceder permitiu-nos constatar que, igualmente como acontece em muitos contextos da cultura bantu, na província do Moxico, o ato de nomear um indivíduo é influenciado pelas mesmas razões, acompanhado pela referência

“a coisas e fenómenos da natureza, ao tempo, à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida quotidiana, à religião ou à magia, à guerra, a domínios em todo sentido, a estados sociais”. (cf. Vasconcellos, 1928:23).

Consideramos que a escolha do antropónimo em função do significado é característica predominante na prática de atribuição de nomes de pessoas nos diferentes contextos socioculturais da Província do Moxico.

A explicação que nos parece razoável ao facto de a origem de quase todos os antropónimos da maior parte dos indivíduos que constam das nossas amostras ser retirada do léxico da língua portuguesa e das línguas angolanas deve-se, em primeiro lugar, ao facto de os diversos povos que constituem a província do Moxico as terem como meio de construção e expressão de identidade étnica, linguística e social.

Neste caso, os antropónimos originados de ambas as línguas são usados como meio para manifestar e enfatizar identidades sociais coletivas e/ou grupais. Em segundo lugar, o facto de a língua de origem europeia ser adotada como repositório de seleção de antropónimos; ela mostra-se impregnada na cultura e sociedade angolana, em geral, e na Província do Moxico, em particular, com mesmo grau de importância social e cultural.

Em virtude da análise e comparação de dados, inferimos que na província do Moxico o padrão de escolha do nome é motivado pelo significado que tal designação tem numa língua. No entanto, encontrámos, em número considerável, a presença de nomes tirados do acaso, ou que têm uma motivação que não atribui o significado semântico, e não fazem parte de uma língua. Pelo que vemos, são usados apenas como um encadeamento de sons que exercem a simples função individualizadora das entidades a que se referem, sem qualquer conotação ou denotação.

### 3.2.2- Aspectos linguísticos relacionados com os antropónimos da província do Moxico

Para além da necessidade de analisar os aspectos extralinguísticos, como a razão da escolha de antropónimos, relativamente às particularidades socioculturais associadas ao ato de denominar os indivíduos, consideramos também ser oportuno dar alguma atenção aos aspetos linguísticos relacionados com a transcrição gráfica dos antropónimos, em particular, e do léxico das línguas faladas no Moxico.

Com o processamento automático do *corpus*, verificámos realmente a presença do fenómeno de variação gráfica na transcrição dos antropónimos. Nas imagens que se seguem, apresentamos alguns contextos em que se verifica a variação na forma de grafar os mesmos segmentos fonéticos.



Figura 4 - variação gráfica dos nomes Xandraque, Queque, Txisseque e Mexaque.

Na figura acima vemos quatro nomes, cada um deles é repetido várias vezes e grafado de várias formas. O primeiro nome é «Shandraque», grafado de outras duas



Na figura 5 vemos que as consoantes oclusivas velares /c/ e /k/ estão a ser usadas para grafar de várias formas o mesmo segmento fonético de um nome, por exemplo: /Cajila/; /Kajila/; /Kajico/; /Kajiko/; /Cajico/; /Cajiko/. O primeiro nome traduzido para português significa ‘pássaro’ (kajila), o segundo significa ‘pequena fogueira’ na língua tchokwe. Ambos nomes têm os fonemas iniciais transcritos de forma variada. O mesmo se dá com o nome /Muecheno/; /Muetcheno/ da figura abaixo, cujo fonema [tch] é transcrito por /ch/ e por /tch/.

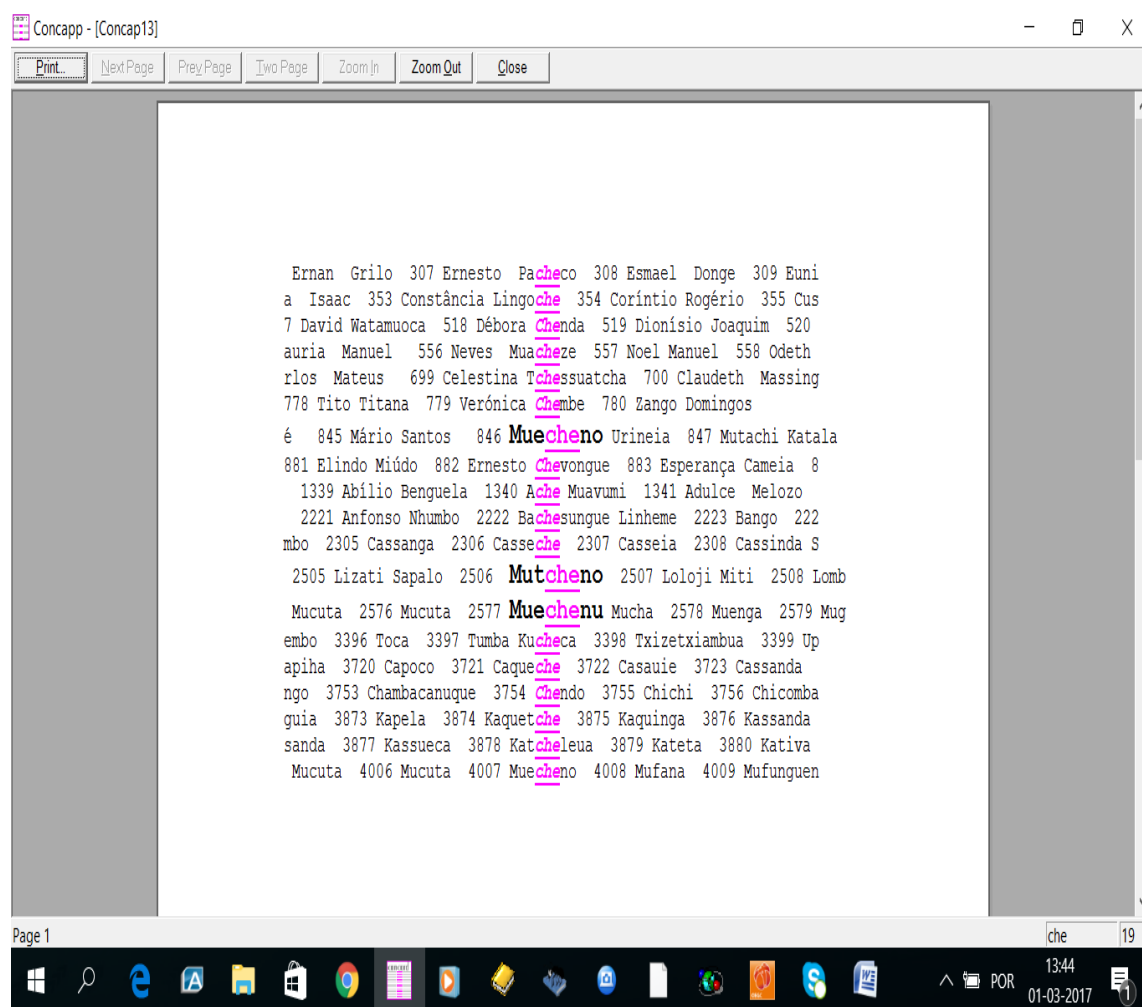


Figura 6 – variação gráfica em “Muetcheno” e “Muecheno”.

De modo a apresentarmos uma visão mais alargada da problemática da variação gráfica dos antropónimos, expomos em seguida numa tabela outros casos de nomes que apresentam o mesmo problema que os anteriores:

1º forma	2º forma	1º forma	2º forma
Caqueche	Kaquetche	Cambeu	Kambeu
Caiombo	Kaiombo	Camiji	Kamiji
Cambuta	Kambuta	Camuande	Kamwande
Camboi	Kamboi	Chambeno	Tchambeno
Chahua	Tchahua	Chilamiquiza	Tchilamikiza
Choji	Tchoji	Choque	Tchoke
Coji	Khoji	Ginga	Jinga
Kakinga	Caquinga	Gimo	Jimo
Kozumbissa	Cozumbissa	Kovina	Covina
Likissi	Liquisi	Licuita	Likuita
Lituai	Lituay	Manjimela	Mandjimela
Ngeve	Ngueve	Ululi	wluli
Chinjongo	Chindjongo	Uhenha	Whenha
Chipuila	Tchipwila	Chinhama	Tchinhama
1º forma	2º forma	3º forma	
Cufachashi	Cufatchaxi	Kufatxachi	
Chendo	Tchendo	Txendo	
Chiseque	Tchisseke	Txiseke	
Keke	Kheke	Queque	

Tabela 3 - Variação gráfica de nomes das línguas da Província do Moxico.



Os exemplos que expomos na tabela 3 referem-se a casos de nomes cujos fonemas são grafados de diferentes formas, o que confirma a existência da variação linguística na transcrição de fonemas da língua *tchokwe*, *luvale* e *mbunda*. Em abordagens posteriores daremos alguma atenção aos casos de fonemas que não nos parecem ser adequadamente grafados, tendo em conta as características fonológicas das línguas de Angola. Este assunto será retomado quando falarmos dos aspetos críticos da transcrição dos nomes das línguas do Moxico.

### **3.2.3- Fonética, fonologia, transcrição e alfabeto das das línguas tchokwe e mbunda**

A pretensão de introduzir alguma abordagem do domínio da Fonética e Fonologia consiste em proporcionar alguma sustentabilidade teórica para a descrição adequada das características fonológicas dos sons das línguas da Província do Moxico.

Entende-se por Fonética o domínio do “saber que se ocupa de estudar as propriedades físicas, articulatórias do ato da fala” (Rio-Torto, 1999:21). A Fonética como ciência estuda os sons da fala humana e descreve o modo como são articulados (Cunha e Lindley, 2014:33). A articulação dos sons da fala é subjacente ao funcionamento do aparelho fonador humano.

Enquanto a Fonética se ocupa do estudo da dimensão material e física dos sons, a fonologia estuda o comportamento dos segmentos sonoros, a forma como são organizados e estruturados para produzir os significados de uma língua. A preocupação da fonologia diz respeito à dimensão significativa dos sons. Os sons estudados à luz da fonologia estão relacionados com a formação do significado das palavras ao nível do âmbito morfológico, sintático e semântico.

Todos os sons produzidos pela fala humana são resultado do funcionamento dos órgãos que constituem o aparelho fonador, nomeadamente: (1) os pulmões, brônquios, a traqueia, (2) laringe – onde se encontram as cordas vocais (3) e as cavidades

supralaríngeas – de que fazem parte a faringe, boca e fossas nasais (Cunha e Lindley, 2014:33).

Nas línguas românicas e em muitas outras, os sons dividem-se em dois grandes grupos: dos sons vocais e dos sons consonânticos (cf Mira Mateus *et al*, 2003:99). Os sons das vocais são realizados quando o ar expirado a partir dos pulmões passa livremente pelo trato vocal sem ser obstruído pelos articuladores que participam das realizações sonoras. Os sons consonânticos são os sons realizados quando o ar produzido pelos pulmões, ao passar pelo trato oral, é obstruído no seu percurso pelos articuladores do aparelho fonador.

Do ponto de vista fonético, a classificação dos sons consonânticos é concebida pela percepção do contacto dos articuladores no ato de fonação. Assim as consoantes são realizadas de duas formas: pelo **ponto de articulação** são classificadas por **bilabiais**, cuja realização sonora passa pela articulação dos dois lábios, como em [b], [p], e [m]; **labiodentais**, sons consonânticos realizados pelo contacto entre o lábio inferior e os dentes incisivos, como em [v] e [f]

Consoantes **dentais** são os sons produzidos pelo contacto entre a ponta da língua e os incisivos, como em [d], [t], [z], [s]. Consoantes **alveolares**, articuladas pelo contacto da ponta da língua aos incisivos superiores, como em [l], [n]. **Apicoalveolares** são consoantes articulados pelo contacto da ponta da língua nos alvéolos, como o som [ʒ]; **Pré-palatais** são sons que resultam do contacto da língua com o pré-palato, como em [ʃ], [ʝ]. As consoantes **palatais** são produzidas pelo contacto da lâmina da língua com o palato, como é o caso do som representado por [ɲ]; e consoantes **velares**, realizadas através do contacto entre a parte de trás da língua e o véu palatino, como em [g], [k], [r] (cf. Mira Mateus *et al.*, 1990:50; 1989:353-354).

Quanto ao modo de **articulação**, as consoantes podem ser **oclusivas**, tais como [b], [p], [d], [t], [g], [k], [m], [n]. A articulação dos sons oclusivos dá-se pelo fechamento completo dos articuladores que obstruem a passagem do ar pelo trato oral; os sons das consoantes **fricativas** como [v], [f], [z], [s], [ʒ], [ʃ] ocorrem quando na sua realização os articuladores aproximam-se provocando uma passagem parcial do ar. As consoantes

**laterais** são como as que representam o som [l]. Os sons consonânticos **vibrantes** como o [r] realizam-se quando os articuladores «vibram» ao entrarem em contacto (cf. Mira Mateus *et al.*, 1990:50; 1989:353-354).

A descrição dos sons das línguas latinas baseada no modo e ponto de contacto dos articuladores de fonemas tem muitas características comparáveis com os sons articulados na produção da fala das línguas de Angola. No nosso entender, a maior parte dos sons das línguas do Moxico têm as mesmas propriedades articulatórias, ao compararmos os sons de unidades lexicais daquelas línguas com os da língua portuguesa.

Assim, podemos afirmar que muitos dos caracteres gráficos adotados para representar os sons das línguas latinas servem para a representação das línguas angolanas. Está é a percepção com que ficámos quando analisámos o Boletim nº2 do Instituto de Línguas Nacionais, que publica a Resolução nº 3/87 de 23 de maio do Conselho de Ministros. Trata-se de um documento orientador que estabelece as regras de transcrição do alfabeto das línguas “*kikongo, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda e oxikwanyama*”.

**Alfabeto e regras de transcrição da língua “cokwe”  
segundo a resolução nº 3/87**

Letra	Valor fonético	Soletração	Exemplo	Significado em português
a	[a]	a	<u>c</u> ala	Unha
c	[c]	tchê	<u>c</u> ala	Unha
e	[e]	e	t <u>e</u> mo	Enxada
f	[f]	fê	mu <u>f</u> u	Morto
h	[h]	hê	ku <u>h</u> unga	Abanar
l	[i]	i	j <u>i</u> mba	Inflamação
J	[ɜ]	jê	j <u>i</u> mba	Inflamação

K	[k]	kê	<u>k</u> uvupa	Estragar
L	[l]	lê	<u>l</u> amba	Sufrimento
m	[m]	mê	<u>m</u> utu	Pessoa
mb	[mb]	mbê	<u>mb</u> ambo	Parafuso
n	[n]	nê	ku <u>n</u> uka	Coser
nd	[nd]	ndê	<u>nd</u> aka	Estrangeiro
ng	[ŋ]	ngê	<u>ng</u> ulo	Porco
o	[o]	o	<u>o</u> nga	Mentira
p	[p]	pê	<u>p</u> ambo	Peito
s	[s]	sê	ku <u>s</u> ula	Evitar
t	[t]	tê	Mu <u>t</u>	Pessoa
u	[u]	u	<u>u</u> nga	Farinha
v	[w]	vê	ku <u>v</u> eta	Fugir
w	[w]	wê	<u>w</u> anda	Algodão
x	[x]	xâ	<u>x</u> ima	Funji
y	[j]	yê	<u>y</u> anda	Caspa
z	[z]	zê	ku <u>z</u> ula	tirar a roupa

Tabela 4- alfabeto vigente da língua tchokwe. Fonte: : Boletem nº 2 Secretaria de Estado da Cultura – Instituto de Línguas Nacionais, Luanda 1987, p. 12, 14.

**Alfabeto e regras de transcrição da língua “mbunda”,  
segundo a resolução nº 3/87**

Letra	Valor fonético	Soletração <sup>16</sup>	Exemplo	significado em português
a	[a]	a	iy <u>a</u>	Quem
c	[c]	tchê	<u>c</u> ala	Unha
f	[f <sup>w</sup> ]	e	<u>e</u> yo	Sim

<sup>16</sup> O termo atual é valor fonológico

h	[h]	fê	lif <u>u</u> nda	Embrulho
l	[i]	i	iy <u>a</u>	Quem
J	[ɜ]	jê	ku <u>j</u> ala	Estender
K	[k]	kê	<u>k</u> ukola	Crescer
L	[l]	lê	li <u>s</u> ina	Pus
m	[m]	mê	<u>m</u> anga	Ovelha
mb	[mb]	mbê	<u>mb</u> anda	palma da mão
n	[n]	nê	ku <u>n</u> unga	Juntar
nd	[nd]	ndê	mb <u>an</u> da	palma da mão
ng	[ng]	ngê	ku <u>n</u> ga	Juntar
ñg	[n]	ñgê	<u>ñ</u> ganda	Assunto
o	[o]	o	Kuk <u>o</u> la	Crescer
p	[p]	pê	ku <u>p</u> anga	Trabalhar
s	[s]	sê	ku <u>s</u> ala	Ficar
t	[t]	tê	ku <u>t</u> emba	ter saudades
<u>t</u>	[ṭ]	tê	ku <u>t</u> emba	Chupar
u	[u]	u	<u>u</u> kola	Crescer
v	[w]	vê	li <u>v</u> unda	Ôvo
w	[w]	wê	<u>k</u> wana	Encontrar
x	[s]	xê	<u>x</u> ala	Coroa
y	[j]	yê	ku <u>y</u> ana	Vencer
z	[z]	zê	ku <u>z</u> ala	Vestir

Tabela 5- alfabeto vigente da língua mbunda. Fonte: Boletem nº 2 Secretaria de Estado da Cultura – Instituto de Línguas Nacionais, Luanda 1987, p. 12, 14.

O alfabeto agora apresentado é o padrão oficial de transcrição das línguas de Angola. As regras de transcrição aprovadas a título experimental pela resolução 3/87 têm sido usadas, até hoje, nos manuais e outros tipos de documentos, sempre que entidades públicas têm necessidades de informar em outras línguas de Angola.

Apesar do esforço que visava estabilizar, harmonizar as formas de transcrição, as regras estabelecidas pelo Instituto de Línguas Nacionais, em 1987, têm-se prestado a muitas inconsistências, pois os falantes das respetivas línguas não se identificam com os padrões estabelecidos e têm a percepção de que desvirtuam e não representam adequadamente os sons das línguas de Angola. O tema que vem a seguir diz respeito à descrição daquilo que consideramos insuficiências do alfabeto em vigência para grafar as línguas da província do Moxico.

### **3.2.4- Aspectos críticos na transcrição dos nomes angolanos: correspondência entre o sistema gráfico e fonético das línguas da província do Moxico.**

A abordagem que se segue está voltada para a análise e discussão de aspectos “críticos” na transcrição dos nomes das línguas angolanas, no que respeita à falta de correspondência entre o sistema gráfico adotado e as características fonéticas das línguas do Moxico, e tem como pano de fundo o alcance de um dos objetivos do presente trabalho, que consiste em «propor critérios de transcrição gráfica harmonizada dos antropónimos das línguas e antropónimos da província do Moxico».

No entanto, a necessidade de alcançar tal objetivo está assente nos seguintes pressupostos:

a) “As línguas [bantu] só começaram a ser escritas pelos europeus. E todos, ao pretenderem escrever qualquer palavra [bantu], baseando-se no alfabeto latino, criavam um sistema ortográfico que nem sempre concorda com a fonética dos nativos” (Santos, 1962:7);

b) “Não existindo entre os povos africanos [do grupo bantu]<sup>17</sup> uma escrita tradicional, os europeus introduziram a grafia escrita para concretizar e expressar os sons” (Valente, 1964:17);

c) “ ... O sistema de representação fonética adotado em meios científicos está longe de satisfazer as exigências fonológicas das línguas africanas... Perante a multiplicidade de dialetos falados, é impossível [para os interessados não nativos] determinar a pureza da língua. Os valores vocálicos das letras variam consoante a língua em que se escreve: os da inglesa são diferentes dos da francesa, os da alemã são diferentes da inglesa, e da francesa, os da portuguesa são diferentes da inglesa, francesa e da alemã” (Carreira e Quintino, 1964:46).

d) No âmbito do projeto de harmonização do alfabeto das línguas de Angola, “propõem-se o estabelecimento de uma forma de escrita normalizada e baseada na descrição científica, que responde à necessidade real de se substituírem as várias transcrições paralelas de uma língua e não adaptadas ao sistema fonológico da mesma” (Resolução nº 3/87 de 23 de Maio – Conselho de Ministros de Angola).

e) “Todas as comunidades linguísticas têm o direito ao uso do seu antropónimo na sua própria língua em todos domínios de utilização, bem como uma transcrição fonética para outro sistema gráfico, quando necessário, tão fiel quanto possível” (Artigo nº 34 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos/UNESCO-1996).

f) “... Usam-se alfabetos fonéticos que procuram na transcrição representar fielmente cada unidade fonética por meio de um sinal gráfico escolhido entre letras já existentes no alfabeto, e mais sinais criados para atingir a acústica desejada (Bechara, 2009:53).

Os três últimos pressupostos são adotados como referências para o nosso trabalho, pois, em nosso entender, algumas das transcrições gráficas propostas no alfabeto ortográfico das línguas de Angola, pelo Instituto de Línguas Nacionais, em 1987, não representam com aceitável ou até mesmo consensual nível de fidelidade dos vários segmentos fonéticos. Por isso, assumimos o ónus da nossa posição, segundo a qual

---

<sup>17</sup> Nosso acréscimo para evitar uma terminologia atualmente não aceite em meios académicos, por se considerar que tem uma carga pejorativa e inadequada para se referir a qualquer grupo étnico.

aquele instrumento tem-se prestado a confusões em partes importantes das suas propostas de transcrição. A par do uso de símbolos gráficos, que não representam fielmente as línguas do Moxico, a prática mostra a existência de formas paralelas e variadas de transcrição de um segmento fonético que tem as mesmas propriedades físicas, articulatórias e acústicas numa língua e noutras a ser grafado com diferentes caracteres.

A título de demonstração da existência de variação gráfica para os mesmos segmentos fonéticos, apresentamos, a seguir, os casos de símbolos gráficos usados para grafar o som da consoante oclusiva velar [k] que na língua portuguesa ocorre nas palavras «carro», «casa», e o som da africada pré-palatal [tʃ] que ocorre nas palavras “tchim-tchim”, “tchau, tchovar”; “tchokwe”, “tchecoslovaco”, “tcheornozin” presentes em obras como o *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia de Ciências de Lisboa (2001:3523); *Le Grand Robert: Dictionnaire de Langue Française* (1992); *A Supplement to Oxford English Dictionary* (1986), *Grande Dicionário Houaiss* do Círculo de Leitores de Lisboa (2015).

No primeiro caso, o segmento fonético representado por [k] aparece grafado com o /k/ como acontece nas bíblias sagradas em Iuvale<sup>18</sup>, tchokwe<sup>19</sup> e luchatchaze<sup>20</sup>. Também o mesmo som aparece grafado com /k/ nos manuais didáticos publicados em línguas angolanas. Este facto repete-se na maior parte dos textos escritos em língua bantu ou sobre elas, onde o som da consoante em questão é grafado com /k/.

É esta forma que Adriano Barbosa (1990, 2011a, 2011b, 2012) usa em todos os seus trabalhos sobre a língua tchokwe, para quem “o /k/ oclusiva velar corresponde ao /c/ português antes de /a/, /o/, /u/ ou grupo /qu/” (Barbosa, 2012). Em *Elementos de Língua Quioca*, Santos (1962) diz que na língua tchokwe usa-se o /k/ com o valor de

---

<sup>18</sup> “Kavatacikijileko, kavexi kunyingililako, mwomwo navawuvisa ku- meso avo mangana vahone kumona, nakumicima yavo nawa mangana vahone kuzangama, xikaho” (Isaya, 44:18).

<sup>19</sup> Kanyingikine, kuchaalumbunukine mumu iye hayika meso jo, kashika kahashile kumona. Hayika manyonga jo, kashika kahashile kunyingika (Izaia, 44:18).

<sup>20</sup> Ka va tantekeya, cipue ka ve ku yongola: muomu na lalamekesa meso avo, ngoco ka va hasa ku mona; na mitima yavo, ngoco ka va hasa ku tantekeya (Isaia, 44:18).

Tradução destes versos extraídos do livro Isaías 44:18 – “Nada sabem, nem entendem, porque se lhes grudaram os olhos, para que não vejam, e o seu coração já não pode entender”.



oclusiva surda pós-dorsal-pós-palatal, qualquer que seja o valor, quando seguida pelas vogais, substitui as letras /c/ e /qu/. Este critério de transcrição foi igualmente considerado na representação dos fonemas da língua umbundo por Martins (1964:26) ao sugerir o uso do /k/ no lugar dos valores duros de /c/ e /q/.

Em nosso entender, o uso do grafema /k/ para representar o som da oclusiva [k] é o mais consensual em todos níveis de uso, tanto ao nível académico, quanto ao nível do usuário comum da língua escrita.

O aspecto crítico a que nos referimos surge ao notarmos que, no *corpus* recolhido nas escolas, os antropónimos que transcrevem o fonema da oclusiva [k] são grafados de outras duas formas: o uso de /c/ antecedido por /a/, /o/, e /u/, nos nomes *Cufatchachi*, *Caiombo*, e o /qu/ em *Queque*, *Tchoque*, tal como ocorre em português nas palavras *carta*, *cola*, *cortina*; e /qu/, em *queijo*, *quintal*. Assim, a transcrição de /c/ tem o transcrição fonético de [k], o que provoca um uso indistinto de caracteres diferentes para representar o mesmo som.

O que nos foi dado a saber, a partir da longa lista de nomes de alunos aos quais tivemos acesso junto das escolas, é que todos os nomes escritos com o grafema /c/ seguido de /a/, /o/ e /u/, nas línguas da província do Moxico, quando realizados com as propriedades articulatórias e acústicas da oclusiva alveolar pós-dorsal-pós-palatal, são para serem grafados como transcrição fonética de [k]. Em nenhum momento foi provado ou demonstrado que a transcrição do /c/, em qualquer situação, deveria ser pronunciada com o valor de [tch] ou [tx].

No segundo caso, em sentido diametralmente oposto, o carácter /c/ foi consagrado por muitos autores do meio académico, científico e de instituições nacionais e internacionais de normalização da ortografia das línguas bantu como representação fonética de [tʃ] e representação fonológica de [tch]. É esta a regra de transcrição seguida pelo alfabeto fonético publicado pelo Instituto de Línguas Nacionais (ILN), depois de ser institucionalizado pela Resolução nº 3/87 do Conselho de Ministros.

É com base nas regras de transcrição do documento acima citado que livros e textos de carácter público têm sido escritos. Segundo o ILN/1987, se um nome em línguas de Angola é escrito como em */Cala/*, */Cesue/*, */Ciwaphe/*, */Coji/* e */Cuma/* não deve ser pronunciado como [k]ala, [k]esue, ou [se]sue, [si]waphe ou [ki]waphe, [k]oji, e [k]uma, mas sim deve ser pronunciado como [tch]ala, [tch]esue, [tch]iwaphe, [tch]oji e [tch]uma. No entender do ILN/87, a transcrição do /c/ seguido de qualquer vogal deve ser pronunciada como [tch].

Tal compreensão não encontra aceitação e usabilidade na amostra de mais de cinco mil e sessenta nomes completos de alunos de escolas de quatro municípios da província do Moxico, que, por sinal, se apresentam tal como foram registados nos acentos de nascimento emitidos pelas Conservatórias de Registo Civil. Em todos os casos onde ocorre o carácter /c/ seguido de /a/, /o/ e /u/ a pronúncia articulada e usada é de [k] e não de [tch] ou [tx]. Tanto os falantes comuns como os funcionários públicos, agentes de registo civil, evitam a confusão entre o valor que /c/ tem na língua portuguesa e o valor sonoro diferente que lhe é atribuído “oficialmente” nas línguas bantu, como em [tche], [tsh] ou [tx].

Na maior parte dos casos, os funcionários de conservatórias, ao efetuarem o registo dos nomes nas certidões de nascimento, adotam as formas /ch/, /tch/, /tsh/ e /tx/, para contornar a confusão entre o som de /c/, convencionado para ser pronunciado como [tch], e a influência do /c/ oclusivo realizado em português. Adriano Barbosa (2012:10) reconhece que o uso de /c/ com o valor fonético de [tch] corre o risco de os menos avisados pronunciarem-no como [k], e tal pronúncia seria evitada, segundo ele, se o fonema fosse grafado com o trígrafo /tch/.

As regras de transcrição não deviam ser muito complexas a ponto de apenas serem acessíveis a um público selecionado ou esclarecido. Todavia notámos que esta é a tendência nos tempos atuais, o que Carreira e Quintino (1964:46) perceberam há muitos anos, que as normas de transcrição das línguas de África não estão acessíveis a todos os públicos; entenda-se por usuários finais os nativos que falam as línguas cujos sistemas

fonéticos se pretendem transcrever. Na língua umbundu, uma das línguas de Angola, segundo Valente (1964:20) “o uso indistinto do /c/ antes de qualquer vogal é forçado”.

Como acontece em muitos casos de transcrições que não representam exata ou fielmente os sons das línguas de Angola, a regra que “força” o uso de /c/ para grafar o fonema pronunciado como [tch] contradiz um dos princípios oficialmente estabelecidos para as políticas de língua constantes na resolução nº 3/87 que institucionaliza o alfabeto para as línguas de Angola; segundo o qual, “considerando a necessidade da uniformização da escrita das Línguas Nacionais, os alfabetos propostos pelo Instituto de Línguas Nacionais, possuindo um carácter prático, sem muitas regras de transcrição, permitirão aos falantes das línguas em questão, um domínio mais rápido e eficaz das técnicas de leitura”. O que se assiste é, precisamente, o contrário do que foi recomendado, e as normas que foram introduzidas para os usuários finais não permitem o uso prático e eficaz da escrita e leitura das línguas de Angola.

A maior parte dos alunos alfabetizados em português teria muitas dificuldades em ler fluentemente um texto e de acordo com a pronúncia das palavras nas línguas de Angola, utilizando aquelas regras de grafar para as mesmas. Ler um texto, uma bíblia numa daquelas línguas torna-se um acontecimento tortuoso e tedioso, devido à distância entre o sistema gráfico adotado e a pronúncia dos sons nas línguas nativas. Este é o contexto que explica a inexistência de escritores e autores em línguas de Angola atualmente, e a dificuldade de inserção delas no sistema de ensino formal.

Os problemas da transcrição mais fiel possível ao sistema fonético para o sistema gráfico das línguas do Moxico não se limitam aos segmentos apresentados anteriormente. Apesar de haver uma proposta de transcrição que represente melhor algumas partes dos sons, o facto do público em geral não conhecer as regras de transcrição de alguns fonemas dá lugar à ocorrência de várias formas de grafar os mesmos segmentos fonéticos, como nos exemplos que se seguem:

Manjimela	Mandjimela	Xitali	Chitali	Tchitali
Canjavite	Kandjavite	Queque	Keke	Kheke
Wlenga	Ulenga	Coji	Koji	Khoji
Lituay	Lytwai			

Neste exemplo, vemos o uso indistinto de cada um dos grupos de caracteres; (1) /c/, /k/ e /kh/; (2) /q/ e /kh/; (3) /nd/ e /ndi/; (4) /i/ e /y/; (5) /u/ e /w/; /ch/ e /x/ para grafar a mesma unidade sonora, numa clara ocorrência de variação gráfica que poderia ser evitada com a adoção de um símbolo gráfico (formado por uma ou mais de uma sequência de letras) para representar o mesmo som em todas situações que venha ocorrer, exceto se for convenção que uns e outros caracteres sejam usados em situação objetivamente definida e de forma estável.

O nome grafado por /Koji/ ou /Coji/ tem a realização de uma consoante aspirada. Esta é a razão que explica o facto de aparecer escrito como /Khoji/, dada a necessidade de aproximar a escrita à pronúncia dos sons do nome nas línguas em causa. É de destacar que este aspeto é dos poucos que a resolução nº3/87 procurou preservar, quando recomenda que “as consoantes aspiradas escrevem-se acrescentando um /h/ a uma consoante simples”, como nos exemplos:

**[ph]** em phanga ..... ovelha  
**phoko** .....faca  
**phezu** ..... barata  
**phuka** ..... abelha  
**[th]** em thethe ..... lenha  
**thahi** ..... mestre de adivinho

**[Kh]** em  
**Khakha** ..... avô  
**Khambo** ..... cabelo  
**Khole** ..... ódio/inimizade  
**Khota** ..... pescoço

Parece-nos, neste caso, um uso correto do dígrafo **/kh/** para representar adequadamente a consoante aspirada **[kh]** das línguas do Moxico e de outras regiões de Angola. Esta opção seria útil para permitir eliminar a confusão com o som não aspirado

daquelas consoantes quando são pronunciadas em português, dado que o /h/ quando ocorre nesta língua é mudo.

De outro modo, a resolução nº3/87 do ILN não oferece em algumas situações as melhores propostas de grafia para outros casos que são plenamente elegíveis, por não usar as mesmas regras para transcrever sons que resultam do encontro entre duas consoantes, dígrafos e trígrafos como nos casos de /**ndj**/, /**ndj**/, /**tf**/, /**tv**/, /**nh**/.

A propósito destas sequências, o ILN (nº3/87) sugere que:

“O fonema [t] escreve-se sempre “t” mesmo quando pronunciado [tf] ou [tv] antes de [u];”

“O fonema [nd] escreve-se /**nd**/, mesmo quando pronunciado [ndv] antes de [u]”, ou [ndj] antes de qualquer vogal;

“O fonema [ny] escreve-se /**ny**/, (como em *kunyka=mexer*) mesmo que seja pronunciado [nh]”, como na palavra unha.

Tendo em conta estas regras, percebemos que adequam o sistema gráfico ao sistema fonético das línguas de Angola no seu todo e das línguas do Moxico especificamente. Inferimos uma razão muito evidente que nos proporciona alguma segurança para produzirmos esta afirmação que acabámos de apresentar. A comissão responsável pela elaboração do alfabeto das línguas de Angola omitiu o enquadramento linguístico do fenómeno de encontros consonânticos, dígrafos e trígrafos.

Fonética é fonologicamente a descrição dos processos articulatórios da produção da fala, que descrevem os sons a partir do ponto de articulação e do modo de articulação, dá lugar à representação dos encontros de consoantes e dígrafos. Este princípio incontornável no estudo da fonética e fonologia não foi aplicado nas línguas de Angola, especialmente nas da Província do Moxico, com o alfabeto experimental de 1987, que continua em vigor.

Na língua portuguesa, existem as sequências de /dv/ para *advento*, *advérbio*, *advertir*; e /dj/ para as palavras *adjunto*, *coadjuvar*, *adjudicar*, etc. As propriedades articulatórias e acústicas dos órgãos do aparelho fonador que participam na realização

destes encontros consonânticos estão presentes na realização daqueles fonemas nas línguas da província do Moxico, como podemos representar aqui, a título de exemplo:

**/dj/=[dj<sup>e</sup>]** em

**ndj**imbu..... machado  
**ndj**amba ..... elefante  
**ndj**akete ..... casaco  
 can**dj**avite ..... canivete

**/dv/=[ dv<sup>e</sup>]** em

**ndv**umba ..... leão  
**ndvundvu** ..... borracha  
**ndvungo**.....servidão

O mesmo princípio de formação de encontros de consoantes, dígrafos e trígrafos é aplicável a outros casos de representação gráfica que não são igualmente considerados nas regras de transcrição que temos vindo a citar, mesmo havendo reconhecimento de que tais segmentos sonoros existem, como é o caso de /tf/=[tf]; /nh/= [nh] e /tch/=[tch] nas seguintes unidades lexicais:

**mutfu** ..... pessoa  
**tfumba** ..... pedaço/naco  
**tfwua** ..... cães  
**tfundo** ..... distância  
**tfulo** ..... sono  
**tfunga** ..... construir

**Nhali** ..... cunhada  
**Nhima** ..... costas  
**Nhonga** ..... pensar/reflexão  
**Tchala** ..... unha  
**Tchesue** ..... todo  
**Tchipwe**.....(que)seja

Estamos a falar de casos de falta de correspondência entre as grafias em vigência e os sons das línguas do Moxico, tendo como base o alfabeto proposto pelo ILN em 1987, considerando que é este o documento oficial que normaliza as regras de transcrição das línguas de Angola. Tendo em conta os fundamentos linguísticos apresentados neste trabalho, entendemos que aquele instrumento carece de uma revisão que venha a responder às reais necessidades fonéticas das línguas em questão, pois não recebe a validação e aceitação do público a que se destinam as referidas regras de transcrição.

As normas do alfabeto do ILN de 1987 não consideram a transcrição gráfica dos encontros consonânticos, por uma razão que consideramos não científica, ou seja, a não interpretação correta da regra de um símbolo gráfico para um segmento fonético, dado que a comissão responsável pela elaboração do alfabeto adotou “forçosamente” um símbolo gráfico para representar uma unidade sonora, deixando de parte todo o conhecimento linguístico que fundamenta a necessidade de existência de unidades sonoras que podem ser grafadas por mais de um carácter gráfico, por exemplo, em português /bv/ em (ó**bv**io); /cr/ em (**cr**ónica); dr (**dr**ama), etc.

É precisamente nesse tipo de necessidades linguísticas que nos baseámos para aplicar estas regras na transcrição dos sons consonânticos das línguas de Angola, considerando que têm perfeita correspondência com as regras e sons das línguas latinas.

De acordo com as considerações teóricas que constam no presente capítulo, em torno da questão da correspondência entre a grafia e os sons, entendemos ter bases razoáveis para fundamentar uma sugestão de transcrição que satisfaça as exigências fonológicas das línguas de Angola, propondo regras de ortografia baseadas na descrição científica, “tão fiel quanto possível”, “para responder à necessidade real de se substituírem as várias transcrições paralelas de uma língua e não adaptadas ao sistema fonológico da mesma”.

O tema que vem a seguir diz respeito à apresentação de uma versão de alfabeto baseada em modelos já existentes, nos quais incluiremos aspectos de transcrição que não foram considerados em trabalhos anteriores, visando aperfeiçoar a representação dos sons, mais próxima da pronúncia e acústica dos usuários nativos das línguas.

### **3.3- Harmonização e Base de Dados de Antropónimos**

A proposta de alfabeto para as línguas e/ou antropónimos da província do Moxico que iremos apresentar de seguida não é uma criação original nossa, mas resulta da seleção e reunião de contribuições de vários autores, que em nosso entender, de forma distinta e isolada, ao longo dos tempos, elaboraram modelos de transcrição de

algumas unidades sonoras, representando com elevado grau de fidelidade os sons das línguas do Moxico, como o luvale, mbunda, lutchaze, tchokwe e outras.

As transcrições que consideramos adaptadas as línguas em questão, não foram fruto da elaboração de um único autor, mas como resultado da seleção das melhores contribuições que vários autores produziram ao longo de anos de escrita das línguas de Angola.

Assim, seguir-se-á a apresentação de uma tabela do alfabeto aplicável às línguas do Moxico; posteriormente faremos a descrição das regras de transcrição, enquadramento dos sons quanto ao ponto e ao modo de articulação, citando as fontes em que tais opções estão baseadas.

O alfabeto das línguas do Moxico deverá ser formado pelas seguintes letras e sequências de letras:

**a, mb, ch, nd, ndj, ndv, e, f, ng, i, j, k, kh, l, m, n, nh o, p, ph, s, t, tch, th, tf, v, w, y, z** ( cf. ILN, 1980, apud Barbosa, 2011:242-243; Barbosa, 2012)

**Tabela de descrição fonética e fonológica do alfabeto das línguas da província do Moxico (*mbunda, luvale, tchokwe*)**

Represent. gráfica	Represent. fonética	Represent. fonológica	Exemplo (tchokwe)	Significado em português
1 a	[a]	/a/	<b>ana, ana jami</b>	filhos, meus filhos
2 mb	[~b]	/mbe/	<b>mbambo, mbundvu</b>	prego, nevoeiro
3 ch	[ch]	/che/	<b>chingo</b>	jurar/injuriar
4 nd	[~d]	/nde/	<b>ndando,</b>	preço,
5 ndj	[~dʒ]	/ndje/	<b>ndjeke, ndjimbo</b>	saco, machado
6 ndv	[~dʷ]	/ndve/	<b>ndvumba</b>	Leão
7 e	[e]	/e/	<b>temo, sepha</b>	enchada, amigo



8	f	[f <sup>e</sup> ]	/fe/	fuji	vento, corrida
9	ng	[~g]	/ngue/	ngombe	boi/vaca
10	h	[h <sup>e</sup> ]	/he/	huma, hana	testa, entrega/dá
11	i	[i]	/i/	ikola	dor/doença
12	j	[ɜ]	/je/	jila	Caminho
13	k	[k]	/ka/	kulu	Perna
14	kh	[kh]	/khe/	khunhi	Lenha
15	l	[l]	/le/	laula	Acordar
16	m	[m]	/me/	mutondo, mama	árvor, mãe
17	n	[n]	/ne/	nawa	outra vez
18	nh	[nh]	/nhe/	nhonga	pensar/reflecção
19	o	[o]	/o/	onga	Mentir
20	p	[p]	/pe/	pangu	luz/clareza
21	ph	[p <sup>h</sup> ]	/phe/	phembe	bode/cabra
22	s	[s]	/esse/	sonhi	Vergonha
23	t	[t]	/te/	tata-weno	Sogro
24	tch	[tʃ]	/tche/	tchiwanhino,	Reunião
25	tf	[tf]	/tfe/	tfumbi	Rato
26	th	[th]	/the/	thenda	Bala
27	u	[u]	/u/	upite, upeme,	Riquessa, bem,
28	v	[v]	/ve/	vula, vumba	Chuva
29	w	[w <sup>e</sup> ]	/ue /	wekha, woma, walwa	outro, medo, bebeida
30	y	[y <sup>e</sup> ]	/ie/	yena, yami, yie	você, eu, ele/ela
31	z	[z]	/ze/	Zango	amor/simpatia

Fonte: INL, 1980, apud Barbosa: 2011

O quadro acima exposto de representação dos fonemas das línguas do Moxico está largamente baseado no modelo de alfabetos para as línguas nacionais criado em 1980 pelo ILN.

A versão anterior ao alfabeto substituída pela Resolução nº3/87 é para nós a que responde melhor às necessidades de transcrição gráfica adaptada à realização fonética das línguas de Angola.

Ao alfabeto de 1980 acrescentamos alguns contributos, no sentido de melhorar aspetos que entendemos ultrapassar as limitações que prevaleciam, nomeadamente no não uso dos fonemas [ch<sup>e</sup>], [ndj<sup>e</sup>], [ndv<sup>e</sup>], [nh<sup>e</sup>], [tch<sup>e</sup>], [tf] , [w<sup>e</sup>], [y<sup>e</sup>]. Nas linhas que se seguem apresentamos a descrição das regras que presidirão à harmonização do alfabeto das línguas da Província do Moxico.

O alfabeto para as línguas da província do Moxico será constituído por trinta e uma unidades grafemáticas, divididas em: cinco vogais (a, e, i, o, u), duas semi-vogais (w, y), 11 consoantes (f, j, k, l, m, n, p, s, t, v, z), um som aspirado (h), nove dígrafos (mb, ch, nd, nh, ng, kh, ph, tf, th,) e três trigrafos (ndj, ndv, tch).

### 1-) Vogais e semivogais.

**A-a e E-e-** Estas vogais têm, em geral, o som aberto como em: *mama* (mãe), *meya* (água) .

**I-i ≠ Y-y** - Os dois caracteres deverão ser usados em situações distintas. O primeiro para grafar o fonema [i], e o segundo deverá ocorrer sempre que o fonema [i] for seguido de outra vogal: *yami*(eu); *meya* (água); *mojo* (saudação); *yuma* (coisas).

**O-o ≠ U-u** - O primeiro é um fonema como em *português* na palavra *avô*.. “Nunca empregar com o valor [u], e deverá ocorrer em todas situações que se realize o fonema [o], ex. *longa* (prato), *pho* (mulher). O grafema /u/ é pronunciado como [u] em *português* nas palavras *uva*, *unha*. Na língua *tchokwe* o fonema [u] aparece nas palavras *ussona*, *ululi* [*ululrĩ*] (justeza, boas ações), *uto* (cinza), *uzula* (desmoronar).

**W-w** - semivogal com a pronúncia de [u], deverá ocorrer nos encontros entre vogais, como em *mwaka* (ano) , *wenhi* (viagem), *wikha* (solidão/sozinho), *woma* (medo).

## 2- Consoantes

**F-f** - Consoante fricativa labiodental não vozeada, articulada pelo contacto entre o lábio inferior e os incisivos (Mateus, 1990:49,50). Tem valor [fe] em palavras como *falanga* (dinheiro), *feta* (pagar), *fitha* (esfregar), *fumbakaji* (gestante).

**H-h** – Este grafema na língua portuguesa aparece de forma discreta, considerando como letra muda. É grafado nas palavras *habitante*, *hoje*, e nos antropónimos *Helena*, *Hugo*. Nas línguas de Angola é largamente usado para representar segmentos fonéticos aspirados (Barbosa 2012:10, Santos 1962:9, Valente, 1964:23). Segundo a Encyclopaedia Britânica Digital, aspirados são os sons “pronunciados com uma expulsão forçada do ar”. Nalgumas línguas do Moxico, o fonema aspirado é representado por /h/ em palavras como: *hamene* (amanhã), *hema* (brincar), *hina* (pano), *hola* (calar), *huma* (testa).

**J-j** Pronuncia-se sempre como em português nos nomes «José», e «Justo» (Martins, 1964: 26). Foneticamente é representada por [je], e substitui o /g/ antes de /e/ e /i/. Trata-se de uma consoante fricativa vozeada pré-palatal, e realiza-se pela aproximação da cora da língua ao pré-palato (Mateus, 1990:49,50). Na língua *tchokwe* ocorre em palavras como *jaya* (de quem?) hi *jenhi* (dele/dela), *jimbo* (papa-formigas) hi *jo* (deles/delas)

**K-k** - Oclusiva velar não vozeada, consoante articulada pela aproximação do dorso da língua ao véu palatino (Mateus, 1990:49,50). Substitui o /c/ das línguas latinas, igualmente para os valores oclusivos (Martins, 1964:26). Ex.: *kamatcha* (tomate), *kejima* (brilhar), *Kina* (dançar), *komoka* (admirar), *kwenda* (andar). Corresponde ao /c/ português antes de /a/, /o/ e /u/ (Barbosa, 2012:10). Tem o valor fonético de [ke].

**L-l** - Consoante lateral alveolar, resulta da “obstrução formada pela língua junto dos alveólos” (Mateus, 1990:49,50). Foneticamente representada por [le] em palavras *laula* (acordar), *lemeka* (ferir/aleijar), *lima* [*lrima*] (cultivar), *lokola* (furar), *lunga* (homem). Pronuncia-se como em português, porém na língua *tchokwe* e *luvale*, quando

seguida do /i/ avizinha-se ao /r/ brando português (cf. Barbosa, 2012:10). Tal articulação que transita entre [l] e [r], produz um fonema distinto daqueles, razão pela qual ponderamos, que na língua tchokwe e luvale, o som presentemente grafado por [li] seja transcrito com o dígrafo /lr/. Ex: *lrizo* (dente) *lrimi* (língua), *lrima* (cultivar), *lrilu* (céu), *lrifo* (folha).

**M-m** - Apresenta-se como em *português*, e na língua mbunda está presente em palavras como *malundu* (montanha), *miji* (raízes), *musongo* (doença/enfermidade). É uma consoante oclusiva vozeada bilabial, articulada pelo fechamento dos lábios (Mateus, 1990:49,50).

**N- n** - Consoante oclusiva alveolar formada pela aproximação da coroa da língua aos incisivos superiores (Mateus, 1990:49,50), ocorre em palavras como: *nawa* (outra vez), *neha* (trazer), *nongwena* (camalião).

**P-p** Quando pronunciada como consoante oclusiva bilabial não vozeada, tem a representação fonética de [pé] como em *português* nas palavras *pasta*, *pêssego*, *pintar*, *poupar*, *pular*, e nas palavras do tchokwe *pangu* (luz, claridade), *pemesa* (fazer bem, concertar,) *pihisa* (fazer mal, estragar), *pomba* (dormir), *putfuka* (começar). A articulação do fonema [pe] resulta da oclusão provocada pelo fechamento dos lábios (Mateus, 1990:49,50).

**S-s** - Consoante fricativa dental não-vozeada, a característica da sua sonoridade é produzida pela aproximação da coroa da língua à região dento-alveolar (Mateus, 1990:49,50). Foneticamente representada por [se], é igual tanto em português como nas línguas do Moxico : *sapato*, *selo*, *sinal*, *sonho*, *sana* (lavar), *senha* (enconstar), *sonhi* (vergonha), *suma* (morder). O /s/ tem sempre valor de /ç/ mesmo que esteja entre vogais (Santos, 1962:9), e “é sempre duro, nunca tem valor de /z/” (Valente, 1964:23). O grafema /s/ não duplica nas línguas de Angola (cf. Tomás, 2015:44)

**T-t** - Como em *português*, tem sempre o valor de [te]. Trata-se de consoante oclusiva dental não vozeada (Mateus, 1990:49,50). Ocorre em palavras como *tarde*, *teto*,

*tinta, toca, tudo* (português), *tangua* (sol/dia), *tepulula* (reduzir) *tonda* (procurar) (tchokwe).

**V-v** - Consoante fricativa labiodental vozeada, realizada pelo contacto entre o lábio inferior e os incisivos (Mateus, 1990:49,50). Nas línguas tchokwe e luvale, regra geral, aparece seguida pela vogal, /u/ em palavras como *vumba* (cheiro), *vula* (chuva), *vuno* (verme). Nas línguas mbunda, luchaze e as variantes próximas a estas, a consoante /v/ é antecedida por mais vogais como em *velengueia* e *visolele*.

**Z-z** - Pronunciada como em português (Barbosa, 2012:11), o fonema [ze] é representado pelo grafema /z/. É uma consoante fricativa dental-alveolar vozeada, dado que a sua formação resulta aproximação da ponta da língua na região entre os incisivos e o alvéolo. (*Zango, zezala, zomba, zungo*).

### 3- Dígrafos

**MB-mb, ND-nd, NG-ng** – Cada uma destas sequências quando seguidas de uma vogal, representam um único segmento sonoro pronunciado numa só emissão de voz. Devem sempre ser consideradas como consoantes simples (Barbosa, 2012:11; Santos, 1962). Ambas partilham a característica de serem consoantes oclusivas nazalizadas

**/mb/ [mb<sup>e</sup>]**, enquadra-se como um som oclusivo bilabial nasal não-vozedo, articulado pelo contacto dos lábios ao mesmo tempo que o ar produzido por tal articulação passa pelo trato nasal. Ocorre em palavras “*mbango* (canto, ângulo), *mbenga* (dissimulação/fraudulência), *mbimba* (gafanhoto), *mboji* (espécie de vespa), *mbuto* semente” (Barbosa, 2012:11)

O fonema [nd<sup>e</sup>] grafado por /nd/, preenche os requisitos de uma consoante oclusiva dental de realização nasal. Quer dizer que, para além do contacto da ponta da língua aos incisivos, o ar que participa na formação desta unidade sonora sofre um processo de nazalização (ex. *ndando, ndemba, ndongo*).

O fonema [nge] tem características plenas de uma consoante oclusiva velar vozeada (Barbosa, 2012:11) acrescida da realização nasal, dado que os movimentos dos articuladores funcionam como na formação do som de [gue] em português. É formada a partir aproximação da parte da língua ao véu palatino e da passagem do ar pelo trato nasal (ex. *nganji, ngeji, ngoma, ngulu*)

**CH-ch , NH-nh.** Os fonemas representados por estes caracteres são pronunciados como em português, o primeiro dígrafo, ocorre nas palavras *chá, chefe, China, chocolate, chuva*, e nas línguas da Província do Moxico surge grafada nos antropónimos *Kachimba (poço), Kachala, Chinguinheka*. O /ch/ substitui o /x/ em qualquer ocorrência. O fonema representado por [nh] tem o mesmo valor articulatorio, tanto para no português, quanto nas línguas do Moxico. Nas duas línguas ocorre nas palavras *ninho, unha, punho, segonha, nhali, nhemba, nhima, nhonga*.

**KH-kh, PH-ph , TH-th.** Cada uma destas unidades fonéticas corresponde às categorias classificatórias de [k], [p], [t] quanto ao ponto e ao modo de articulação. São consoantes aspiradas, “cuja articulação (é) acompanhada por ruído respiratório audível.”<sup>21</sup> Assim, [kh] é oclusiva velar aspirada ( em *khakha, khole, khambo*); [ph] oclusiva bilabial aspirada ( em *phuka, phoko, phezu, phanga*); e [th] é oclusiva dental aspirada(em *thethe, thahi, thatchi*).

**TF-tf-** Enquadramos o fonema representado por [tf<sup>h</sup>] no grupo de consoantes mistas, cuja produção é combinada pela oclusão dental de [t], e pela articulação da fricativa labiodental [f]. A sua produção resulta da articulação desencadeada pelo contacto da língua à parte interior dos incisivos superiores e terminada pelo contacto do lábio inferior aos incisivos superiores. Ocorre em palavras como (*mutfu, tfulo, tfunga, tfundo*).

### 3- trígrafo

---

<sup>21</sup> Consoante aspirada, in portal online do ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional, disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=317> acessado aos 19-03-2017

**NDJ-ndj** [̃dʒ] Este complexo de segmento fonético é descrito como “consoante africada vozada”<sup>22</sup> nasal. É uma consoante mista formada por dois procesos subsequentes de articulação: (a) oclusão dento-alveolar nasal vozeada de [̃de], (b) terminada pela fricativa pré-palatal alveolar [ʒ], /j/. Ocorre em palavras *ndjamba* (elefante), *ndjeke* (saco) *ndjambu* (machado), *ndjongo* (medida, preço), etc.

**NDV-ndv-** Percecionamos a representação fonética de [ndv<sup>e</sup>] como uma consoante mista produzida pela fonação nazalizada da oclusiva dental [de], terminada pela fricativa vozeada labiodental [ve]. Participam no processo de formação deste segmento fonético, os lábios inferiores, a ponta e a coroa da língua, e os incisivos inferiores. Ocorre nas palavras *ndvumba* (leão), *ndvumbu* (irmã/irmão), *ndvundvu* (borracha), etc .

**TCH-tch** – A formação desta representação fonética foi achada pelo seguinte: Primeiro, as palavras escritas com os trigrafos /tch/ aparecem em dicionários de referência, nomeadamente, no da Oxford, “A suplement to the *Oxford English Dictionary* (1986:760), onde vemos a unidade lexical “**tchaikovskian**” a ser foneticamente representada por [tʃaɪkə̃.sfĩã].

No dicionário *Le Grand Robert-Dictionnaire de la Langue Française* (1992), as entradas “**tchokwé**”, “**tchouktche**” e “**tchitola**”, são foneticamente transcritas por [tʃɔkwe], [tʃuktʃ]e [tʃitola] respetivamente. E no *Dicionário de Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa* (2001:3523), as entradas “**tchau**” e “**tchim-tchim**”, estão foneticamente representadas por [tʃáw] e por [tʃítʃí]. Os exemplos tirados dos diferentes dicionários vêm mostrar-nos que a sequência gráfica de /tch/ é representada foneticamente por [tʃ].

1º A propósito deste fonema, para Mateus (1990:50) a consoante representada por [tʃ] é africada, e em Portugal é sempre não vozeada. Para a mesma autora, ela faz parte de um “tipo de consoantes mistas, que se inicia por uma oclusão completa e termina por uma constrição fricativa”.

---

<sup>22</sup> Mateus, 1990:50

2º Se [tʃ] é uma transcrição fonética de /tch/, e esta é a transcrição da consoante africada que resulta da oclusão dento-alveolar não-vozeada [t] terminada com a produção do segmento fonético da fricativa dental alveolar [s/se], logo os fonemas iniciais das africadas presentes nos antropónimos do Moxico [Tch]inhama, [Tch]endo, [Tch]akwiza estarão corretamente grafadas com o /tch/.

Efetuada que está a descrição dos sons que representam o alfabeto das línguas do Moxico, de acordo com o funcionamento dos órgãos do aparelho fonador, apresentamos de seguida um modelo de **Base de Dados de Antropónimos das Línguas do Moxico**, onde transcremos as unidades antroponímicas em conformidade com os critérios de harmonização ortográfica propostos no presente trabalho.

### 3.3.1- Base de Dados de Antropónimos das Línguas da Província do Moxico

BD Moxico Março 2017 : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access

Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Aviso de Segurança Determinados conteúdos na base de dados foram desactivados Opções...

BD Moxico Março 2017

BD de Antropónimos do Moxico Março 2017

ID 3 Língua do apel tchokwe Cat Gram Nom Prop feminino Cat Gram Apelido neutro

Nom Prop Maria Variante 1 Tshoji

Apelido Choji Variante 2

Etm Apel Nome derivado do léxico comum, a palavra choji, que significa barulho, alarido, tumulto Variante 3

Def Sig Apel O nome "choji" pode ser dado em memória a pressão ou depreciação que a mãe do denominado tenha sofrido da sociedade após ser considerada por estéril Harmon Tchoji

Grafia choji Trans fon [ʃosi] Nota

Registro: 3 de 43 Sem Filtro Procurar

Vista de formulário

Figura 7 – Modelo 1 de Base de Dados de Antropónimos da Província do Moxico



BD Moxico Março 2017 : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access

Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Aviso de Segurança Determinados conteúdos na base de dados foram desactivados Opções...

BD Moxico Março 2017

BD de Antropónimos do Moxico Março 2017

ID 2 Língua do apel mbunda, Cat Gram Nom Prop masculino Cat Gram Apelido neutro

Nom Prop Paulo Variante 1 Txilunda

Apelido Chilunda Variante 2

Etm Apel Nas línguas mbunda e lutchaze refere ao segundo filho de gémeos Variante 3

Def Sig Apel Nome que indica a ordem de nascimento. Em comunidades bantu o nome que indica a ordem de nascimto é um critério de definição do status social Harmon Tchilunda

Trasn fon [ʃilunda] Nota

Grafia Chilunda

Registo: 1 de 43 Sem Filtro Procurar

Vista de formulário

Num Lock 21:48 02-04-2017

Figura 8 – Modelo 1 de Base de Dados de Antropónimos da Província do Moxico

GINO-Base de Dados Antropónimos de Angola : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access

Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Aviso de Segurança Determinados conteúdos na base de dados foram desactivados Opções...

Formulário Para inserir data

ID: 1

Língua 1: português

Nome Próprio 1 Jacob Género 1: masculino

Significado-NP1:

Variantes gráficas 1: Etimologia 1: Harmonização Gráfica

Língua 2: português

Nome Próprio 2 António Género 2: masculino

Significado-NP2:

Variantes Gráficas 2: Etimologia 2: Harmonização Gráfica 2

Língua 3: tchokwe

Significado-APL1: Solteiro

Apelido 1: Tuamishi Género 3: neutro

Harmonização Gráfica 3: Tfwamichi

Variantes Gráficas 3: Etimologia 3: solteiro

Significado-APL2:

Língua 4:

Harmonização Gráfica 4

Apelido 2: Género 4:

Significado-APL2:

Variantes Gráficas 4: Etimologia 4: [tʃuamixi]

Transcrição fonética: [tʃuamixi]

Nota:

Registo: 1 de 85 Sem Filtro Procurar

Género 2

22:03 02-04-2017

Figura 9 – Modelo II de Base de Dados de Antropónimos da Província do Moxico.

The screenshot displays a web application titled "GINO-Base de Dados Antropónimos de Angola : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access". The main area is a "Formulário Para inserir data" with the following fields:

- ID: 3
- Língua 1: tchokwe
- Nome Próprio 1: Chahinga
- Género 1: M
- Significado-NP1: erdeiro
- Variantes gráficas 1:
- Etimologia 1:
- Harmonização Gráfica 1: Tchahinga
- Língua 2: umbundu/tchokwe
- Nome Próprio 2: Henda
- Género 2: neutro
- Significado-NP2: anda (tchokwe)
- Variantes Gráficas 2:
- Etimologia 2: Na língua tchokwe henda
- Harmonização Gráfica 2: terninar - dar por terminada qualquer situação indesejada
- Língua 3:
- Apelido 1: Chissule
- Género 3: Uniforme
- Significado-APL1:
- Harmonização Gráfica 3: Tchissule
- Língua 4:
- Apelido 2:
- Género 4:
- Significado-APL2:
- Harmonização Gráfica 4:
- Variantes Gráficas 3:
- Etimologia 3:
- Transcrição fonética:
- Nota:

On the right, there is a map of Angola. The bottom status bar shows "Registo: 3 de 85", "Sem Filtro", "Procurar", and the date "02-04-2017".

Figura 10 - Modelo II de Base de Dados de Antropónimos da Província do Moxico.

A proposta de **Base de Dados de Antropónimos das Línguas da Província Moxico** enquanto recurso experimental, continuará a ser desenvolvida com o intuito de ter uma utilidade para o público. Enquanto estiver no processo de desenvolvimento, estamos a considerar em utilizar vários formatos, visando encontrar aqueles que sejam mais práticos e acessíveis.

Em primeira instância estará destinada a funcionários dos Centros de Registo Civil, por serem estes profissionais, cujo trabalho consiste em registar oficialmente os antropónimos nos acentos de nascimento.

## CONCLUSÃO

Ao ficar demonstrada a pluralidade e multiculturalidade etnolinguística da Província do Moxico, passamos a ter uma percepção clara da complexidade em lidar com as diversas formas de expressar e manifestar as idiossincrasias e identidades culturais partilhadas pelos povos daquela região. A diversidade cultural torna-se uma riqueza quando existe a capacidade de construção de pontes entre grupos.

Das diversas formas de línguas usadas para exprimir e manifestar as mundividências dos povos de Angola, a partilha da língua portuguesa e a apropriação das formas de escrita para concretizar e expressar graficamente o sistema fonético das línguas dos povos de Angola são as pontes necessárias para integrar e agregar espaços, identidades culturais diferentes num projeto unitário de construção da nação angolana.

Em nosso entender, a cultura da oralidade patente no uso do sistema onomástico como veículo para dar vitalidade à cultura e valores partilhados não deve ser considerada isoladamente no processo do ensino da língua e da cultura. Este objetivo precisa inevitavelmente de ser considerado com a apropriação da escrita pelos povos das línguas de Angola. No entanto, assim como acontece em quase todas regiões do país, na Província do Moxico a diversidade etnolinguística dá lugar a diversas formas de produção de atos de fala, subjacentes às variações fonéticas distintivas de cada grupo. Quando não são muito bem entendidas ou toleradas, as diferenças distintivas do sistema fonéticos das línguas do Moxico e de outras do país dão origem a barreiras para a verdadeira compreensão do outro, da sua cultura e da sua língua.

É precisamente neste aspecto que se têm levantado legítimas reivindicações que denunciam problemas da não representação adequada e banalização das línguas do grupo bantu de Angola. A inconformidade relacionada com a perda de valores e identidades culturais é derivada da apreciação negativa e da impopularidade de parte dos caracteres gráficos presentemente convencionados para transcrever as línguas de Angola,

na medida em que não cumprem plenamente este papel, considerando que muitas formas adotadas não se adaptam às características fonéticas das línguas em questão.

Nesta ordem de ideias, a recolha de dados antroponímicos permitiu-nos demonstrar o problema da instabilidade da expressão escrita das línguas angolanas, marcado pela falta de harmonização gráfica das mesmas. De forma recorrente, notámos muitas situações em que um mesmo segmento fónico é representado graficamente por diferentes caracteres gráficos. A instabilidade da língua escrita levanta problemas sérios de comunicação e coloca barreiras às tentativas de proteção ou promoção do património cultural e linguístico de Angola.

É precisamente no interesse e na necessidade de desenvolvimento de contributos que visam elevar o reconhecimento do estatuto das línguas de Angola que nos juntámos aos esforços do projeto de elaboração do “Vocabulário Ortográfico Nacional”, com base em estudos científicos de descrição e representação gráfica das línguas, conformando a ortografia ao sistema fonético de cada língua ou grupo de línguas.

A compreensão da necessidade de desenvolvimento de políticas para as línguas de Angola e da utilidade social das mesmas chamou a nossa atenção no sentido de apresentarmos, no presente trabalho, uma proposta reformulada de alfabeto fonético e gráfico das línguas do Moxico, de acordo com a perspetiva que desenvolvemos sobre as regras de transcrição e representação que se adaptam ao sistema fonético de uma língua.

Partindo desta perspetiva, consideramos que a tão desejada introdução das línguas de Angola no sistema de ensino formal será conseguida com sucesso, a partir do momento em que for consolidada a estabilidade das mesmas, no tocante às formas gráficas a serem usadas, evitando a variação na transcrição dos alfabetos que representam os sistemas fonéticos e fonológicos das línguas bantu de Angola.

Ao finalizarmos o presente trabalho, verificámos que os objetivos inicialmente previstos foram cumpridos. O primeiro dos objetivos gerais referia-se à elaboração de uma proposta de **Base de Dados de Antropónimos das Línguas da Província do Moxico**, cuja função é ser utilizada como recurso de consulta de informações sobre a forma

correta de transcrição do léxico ou antropónimos das línguas daquela região; a consulta de significado dos nomes com intuito de informar o contexto cultural de apelação. O segundo dos objetivos gerais consistia em assinalar a importância da harmonização da ortografia das línguas de Angola e do Moxico. Neste quesito, foi mostrado que a estabilização e harmonização da expressão escrita das várias línguas de Angola é extremamente necessária para a comunicação entre as comunidades linguísticas do país para preservação do património cultural de cada comunidade, e para o acesso à instrução escolar na própria língua nativa.

Os dois últimos objetivos foram igualmente cumpridos. O primeiro referente à necessidade de contextualizar o significado, a razão de escolha dos antropónimos nas comunidades linguísticas do Moxico. Neste ponto foi demonstrado o quanto a língua e o sistema onomatológico são importantes para a criação de referências que permitem ao género humano organizar a vida em sociedade.

Os nomes têm a função importante de preservar o conhecimento socialmente construído. Os antropónimos estão ao dispor das comunidades linguísticas como instrumento de preservação da história, cultura, memórias individuais e coletivas, socialmente contextualizadas.

Os juízos de valores que se formam em torno de supostas consequências sociais do significado de antropónimos angolanos são resultado de prováveis construções ideológicas. Falar do mérito ou demérito do nome de um referente no contexto angolano, sabendo-se que o antropónimo enquanto etiqueta identificadora, cujo valor semântico na língua de apelação não define o denominado, mesmo que o significado evoque bons ou maus presságios, incorre na imissão de juízos de valores e preconceitos etnolinguísticos que nivelam para baixo e para cima da hierarquia social, os povos, culturas e línguas «superiores» de um lado e «inferiores», do outro.

O nome é importante identificador do indivíduo na família, na comunidade e em todos contextos sociais. Mas também desempenha outra relevante função: a de “integrador do novo ente na família, criando aí, para ele, um lugar específico, e só seu.

Mesmo que esse nome seja repetido dentro da comunidade familiar, desempenha, cabalmente as suas funções, demarcar um lugar específico para aquele que acaba de chegar (Matoso 2010:202)

Enquanto signo linguístico o nome não condiciona, não determina as tendências psicológicas, as inclinações comportamentais dos denominados. Apesar de existir tradições de apelidação de indivíduos, este «*habitus*» é um arranjo cultural e não mais que isso.

O último objetivo foi alcançado com a apresentação de uma proposta de alfabeto e das regras de transcrição das **Línguas da Província do Moxico**.

## BIBLIOGRAFIA

- AMADO, João; FERREIRA, Sónia, “A entrevista e a investigação em educação”, in AMADO, João (Coord. 2014) *Manual de Investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BIDERMAN, M. T. C. “Dimensões da palavra”. In: *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.  
[http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998\\_0.pdf](http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf)
- CARREIRA, A., e QUINTINO, F. (1964). *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar.
- COSTA, Dália “A recolha de dedos: técnicas utilizadas”, in SILVESTRE, H. Consciência; ARAÚJO, J. Filipe (Coord.) (2012) *Metodologia para a investigação social*. Lisboa: Editora Escolar.
- CRUZ, José Ribeiro da (1940) *Notas Etnográficas de Angola*. Lisboa: s/ed.
- CUPIDO, Mário (2011) *Toponímia Gandareza – Apontamentos*. Voz de Mira: Mira.
- FTP – Fundo de Turismo e Publicidade, (1973) *O Distrito do Moxico: Elemento Monográficos*, Luanda.
- GABRIEL, Manuel Nuno (1987), *Angola, cinco séculos de cristianismo*. Queluz: Literal-Sociedade Editora
- GENOUVRIR, Emile; PEYTARD, Jean. (1974). *A linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, A.; CAVACAS, F. (2004). *A Vida das Palavras: Léxico*. Lisboa: Clássica Editora.
- HALIDAY, ET ALL (2004) *Lexicology and Corpus Linguistic: an Introduction*. New York: Continuum.
- INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (1987) *Angola Povos e Cultura*. Lisboa.
- LEHMANN, A.; MARTIN-BERTH, F. (2000). *Introduction à la lexicologie: Sémantique et morphologie*. Paris: Nathan.
- MAMBERG, Bertil (1971) *Les domaines de la phonétique*. Paris: Presses Universitaires de France

- MATEUS, M. H. Mira, et all (1999) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MATEUS, M. H. Mira, et all (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MATOSO, João (2010) *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- NTONDO, Zavoni; FERNANDES, João (2002) *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- PINTO, Alberto Oliveira (2015) *História de Angola: Da Pré-História ao Início do século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras Editores.
- PLATÃO (1994) *Crátilo: Diálogo Sobre a Justeza dos Nomes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- PLATÃO (2001) *Diálogos-Teeteto-Crátilo*. Belém-Pará: Editora UFPA.
- RAPOSO, Eduardo B. Paiva e NASCIMENTO, Maria F. Bacelar (2013) in *Gramática do Português Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REDINHA, José; (1974) *Etnias e culturas e Angola*. Luanda: Instituto de Científica de Angola.
- TOMÁS (2015) Jacques Mpovoa Nzuze, *Harmonização gráfica da toponímia da Província do Uíje*. Dissertação de Mestrado. UNL/FCSH.
- SAGER, Juan C. (2000) “Pour une Approche Fonctionnelle de la Terminologie”, in Henri Béjoint et Philippe Thoirion *Le sens en terminologie*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- SERROTE, João Major (2015) *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malange*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: FCSH/UNL.
- UNESCO, (1996) *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona.
- VASCONCELLOS, J. L. (1931). *Opúsculos: Onomatologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- VILELA, M. (1994). *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.



WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René (2009) *História de Angola*. Lisboa: Edições tinta-da-china.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

CARVALHOS, P. J. (2007). “Origem dos Nomes”, *Revista Eletrónica de Linguística*, Ano 1, nº 1, pp. 1-18.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, *Lei de Bases do Sistema de Ensino*, nº17/16 de 7 de Outubro. Luanda

SILVA, Irani S. (2012)  
“Antroponímia Portuguesa: Um breve Estudo acerca dos Sobrenomes no Período Medieval”, *Revista Polidisciplinar Eletrónica da Faculdade de Guaricá*, V.4, Ed. 1, Dezembro, Disponível em: [http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/download/281/04\\_Vol4.1\\_VOOS2012\\_CL](http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/download/281/04_Vol4.1_VOOS2012_CL).

SOUZA, A. M. (2001). “A Lexicologia e Teorias dos Campos Lexicais”, *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/105.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf)

## GRAMÁTICAS

BARBOSA, Adriano Correia (2012) *Noções Básicas de Gramática Cokwe*. Luena: Edição da Diocese do Luena

BERRACHA, Evanildo (2009) *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Ed. Lucerna.

CUNHA, Celso; CINTRA, Cintra (2014) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

MARTINS, João Vicente () / *Elementos de gramática de utchokwe*. Instituto de Investigação Científica Tropical: Lisboa.

MATEUS, Helena Mira Mateus, et al (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

SANTOS, Eduardo dos (1962) *Elementos de Gramática Quioca*. Agência Geral do Ultramar: Lisboa.

VALENTE, Pe. José Francisco (1964) *Gramática umbundu: a língua do centro de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola: s/l

## DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIA

BURCHFIELD, R. W (edit.) (1986) *A Supplement to Oxford English Dictionary*, Vol. IV. Oxford: Oxford University Press,

*Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa* (2001)

*Grande Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, Círculo de Leitores de Lisboa (2015).

ROBERT, Paul, (1992) *Le Grand Robert de la langue française: Dictionnaire Alfabétique et Analogique de Langue Française*, 12<sup>o</sup> edition, Tome IX. Canada: Les Dictionnaire Robert

GALISSON, Robert; COSTE, Daniel, (1976) *Dictionnaire de didactique des langues*, Paris: Hachette.

Encyclopaedia Britannica, *Aspirate*. Acessado aos 19-03-2017, disponível em <https://www.britannica.com/topic/aspirate>

## BIBLIOGRAFIAS DE FONTES NÃO ESPECIALIZADAS

DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. *Significado dos Nomes Bíblicos*. <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nomes-biblicos/> acessado em 02/01/2017.

NKONDO, Makuta (05 setembro 2011) **Os nomes ou cognomes kikongos**, disponível em [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=8657:os-nomes-ou-cognomines-kikongos-makuta-nkondo&catid=17&Itemid=124&lang=pt), acessado em 09-01-2017.

NOMES E MAIS NOMES (23-07-2012) **Nomes angolanos?** Disponível em <http://nomesportugueses.blogspot.pt/2012/07/nomes-angolanos.html> acessado em 09-01-2017.

MENDONÇA, José Luís, (29-10-2013) **Se eu tivesse uma filha chamada Gana**, versão online do “Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras”, disponível em: <http://jornalcultura.sapo.ao/editorial/se-tivesse-uma-filha-chamada-gana>, acessado em 08-01-20

JORNAL CULTURA (16-11-2015) **Nomes em umbundo**, disponível em: <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/nomes-em-umbundu>

